



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 28 de janeiro de 2015

N.º 02/2015

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, realizou-se, pelas dezasseis horas e dezasseis minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores: André Valente Martins, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José.

O Sr. Vereador Fernando Jorge de Oliveira Paulino, em substituição do Sr. Vereador João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Sílvia Maria Torrão Barbeiro.

## **A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu Gabinete de Apoio, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Neste prelúdio inicial queria fazer uma saudação à vitória da esquerda na Grécia, uma vitória num contexto de grande austeridade, depois de vários anos penosos que aquele país passou e que nos deu tantas coisas como aquilo que é a constituição e a genes europeia. Em nome da Bancada da CDU saudar a vitória da esquerda, não escamoteando aquilo que é o passado e uma narrativa que está intrínseca ao povo grego e naturalmente a todos aqueles que também anteriormente exerceram as funções governativas e ao esquecimento de outros tantos que no nosso país fizeram tábua rasa daquilo que foram os resultados eleitorais conseguidos no último fim de semana, nomeadamente ao Partido Socialista, que pelos vistos se esqueceu, tal como foi oportunamente referido em outros momentos. Referir, por exemplo, a questão das grandes vitórias do PASOC, mas percebemos que em democracia as coisas são mesmo assim. Em nome da bancada da CDU saudar a

vitória da esquerda, a vitória da esperança de que é possível termos uma alternativa àquilo que é a austeridade e àquilo que é a mão do capitalismo nos países.

Recolocar nesta câmara, mais uma vez, aquelas questões que a Bancada da CDU tem vindo a trazer à discussão e que se trata da forma caótica dos nossos serviços de saúde. A Bancada da CDU tem, por múltiplas vezes, referido aquilo que tem sido a forma castradora que o Governo PSD/CDS tem colocado ao nosso país com todas as dificuldades. Para mim foi angustiante ver a forma como hoje veio a público, mais uma vez, dos vários diretores clínicos, vários diretores de serviço, inclusive os diretores do Hospital Garcia de Orta, colocarem o seu lugar à disposição. Naturalmente reflete o contrário daquilo que tem sido os discursos do Sr. Ministro da Saúde que publicamente tem vindo dizer que não se trata de nenhum problema efetivamente estrutural, que se trata de um problema que decorre de uma situação excecional como um surto de gripe.

Está demonstrado pelas mais diferentes entidades, quer pela Ordem dos Médicos, quer pela Ordem dos Enfermeiros, quer pelas diferentes Comissões de Utentes, quer pelos próprios Centros Hospitalares que não é verdade a confirmação dos números que empolam as razões e as dificuldades sentidas pelos diferentes Centros Hospitalares e que foi com grande perplexidade, infelizmente, que se confirma o que já suspeitávamos. Vimos num caso concreto de um hospital, que pelas circunstâncias que todos conhecemos, nomeadamente pela centralidade que ganha na nossa península, ver o diretor que assume a responsabilidade das urgências do Hospital Garcia de Orta apresentar a sua demissão, mais uma vez, tal como aconteceu anteriormente em outros serviços, demonstrando a sua discordância com aquilo que tem sido as políticas deste ministério, nomeadamente do Sr. Ministro, relativamente às áreas da saúde.

Demonstrar a nossa indignação pela forma como o Governo PSD/CDS tem tratado o nosso Serviço Nacional de Saúde e pela forma como tem preservado as funções sociais do estado na garantia dos direitos universais às populações. Não é de todo aceitável que se justifique de uma forma totalmente enviesada aquilo que são circunstâncias estruturais, não é aceitável que venha agora o Sr. Ministro dizer ao povo português que vamos encontrar aqui situações que resultam da exceção de um surto de gripe, nomeadamente com a possibilidade de encontrar mais médicos. Circunstâncias com as quais as diferentes populações têm vindo a deparar, nomeadamente no acesso aos Centros de Saúde e ao terem que recorrer aos Centros Hospitalares mesmo com as longas horas de espera, as quais não são resultado de uma situação excecional, mas as dificuldades daí sentidas são resultado da ausência de uma política de defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde e da defesa daquilo que é a garantia assumida pela Constituição da República Portuguesa de um Serviço Nacional de Saúde que garanta o acesso universal às nossas populações.

Permita-me ainda Sra. Presidente que, de uma forma informal, possa ler um pequeno texto a propósito dos 70 anos do fim do holocausto.

***“27 de janeiro de 1945 - Setenta Anos do fim do Holocausto***

*Seis milhões.*

*Dois milhões e setecentos mil.*

*Um milhão e trezentos mil.*

*Oito mil.*

*Cinco.*

*Números isolados, sem relação, pouco dizem. É necessário ligá-los a qualquer coisa para que façam sentido; para que revelem o que escondem e o que devem, sempre, lembrar.*

*Para que não se repitam.*

*Estes têm de ser ligados a um dia de 1945, o momento em que os soldados soviéticos do Exército Vermelho libertaram, há setenta anos, o campo nazi de extermínio de **Auschwitz** e aí encontraram, o horror de cerca de **oito mil prisioneiros** enregelados, famintos, moribundos, os últimos de cerca de **milhão e trezentos mil** que foram enviados pelos nazis para aquela “Fábrica de Morte”*

*Os últimos prisioneiros de um total de **dois milhões e setecentos mil judeus** assassinados em vários campos de extermínio da Alemanha Nazi, parte dos **seis milhões de pessoas***

*barbaramente mortas, em cinco anos, nestes instrumentos do holocausto criado por um Reich que duraria mil anos.*

*Eram homens e mulheres como nós. Como relembra o Jornal "Avante" num notável texto de 1991 sobre o fim do holocausto, eram "Judeus, militantes comunistas, sindicalistas e antifascistas, democratas e intelectuais, homossexuais, ciganos, deficientes, testemunhas de Jeová, doentes psiquiátricos e indivíduos com comportamentos que fugissem ao ideal-tipo do homem ariano".*

*Eis os inimigos do regime criminoso liderado por Adolf Hitler.*

*Eis aqueles que não podemos esquecer, aqueles a quem, neste dia, setenta anos depois de as tropas soviéticas terem libertado aquele campo, devemos homenagem.*

*A quem devemos honrar com a nossa memória. Para que não se repita.*

*Por isso, foi instituído, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, na Resolução 60/7, de 1 de novembro de 2005, O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, que agora assinalamos.*

*Foi neste âmbito, e na sequência de outra Resolução aprovada pelo Parlamento Europeu, em 2005, que se estabeleceu o dia 27 de Janeiro como o Dia Europeu de Memória do Holocausto, dia que coincide com a data da libertação do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, na Polónia, há exatamente 70 anos, e ao qual Portugal também se associou por via da Resolução da Assembleia da República n.º 10/2010, de 2 de fevereiro.*

*Este é o contexto em que aqui deixo o apelo à participação de todos na receção, em Setúbal, da Tocha pela Paz, uma iniciativa da Federação Internacional de Resistentes, de que faz parte a URAP - União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, no dia 9 de fevereiro, às 12h00, aqui, nos Paços do Concelho.*

*Porque a memória é vida."*

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Ainda bem que o meu colega vereador Pedro Pina trouxe esta questão, porque era um dos assuntos que também ia levantar, a questão do 70.º Aniversário da Libertação dos Prisioneiros de Auschwitz. Julgo que é uma data que não nos podemos esquecer, uma das razões pelas quais foi criada ou existe atualmente a União Europeia, por questões de defesa e segurança.

Às vezes não vale a pena estarmos a dar grande ênfase a determinadas questões, acho que serem tropas soviéticas ou não serem não é muito importante, porque, a seguir e ao fim de algumas décadas, as tropas soviéticas também sofreram aquilo que o povo lhes quis dar que foi acabar com elas. Por isso não vale a pena estarmos a dar ênfase, temos que dar ênfase àquilo que é verdade e que foi acabar, porque foram os aliados no seu todo que resolveram o problema, não foram os soviéticos, até porque inicialmente até estavam aliados à Alemanha Nazi. Quero recordar e dizer que não é de agora a questão do holocausto e que também na nossa vida pessoal às vezes estas questões políticas cruzam-se, e ainda há cerca de 3 anos incentivei a minha filha que foi a Auschwitz no comboio dos 100 em que a URAP, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, é o representante português e que participa nessa iniciativa. Independentemente destas conotações políticas e/ou partidárias, como às vezes aqui parece que estão muito exacerbadas, não tenho nenhum problema em participar noutras iniciativas até familiarmente ou pessoalmente, porque se entendem que elas também são do interesse coletivo. Acho que esta abertura e esta forma de ver e de estar na vida são muito importantes para todos. Quero agradecer ao vereador Pedro Pina por ter trazido esta questão, não trouxe nenhum texto escrito, mas era exatamente também sobre ela que era a minha intervenção e digo-vos a todos que não sei se vou estar até ao fim da reunião, porque tenho questões profissionais muito urgentes, mas vou tentar acompanhar tudo até ao fim.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Em relação a estes dois assuntos, as eleições gregas e Auschwitz, chegou atrasado por uma questão logística, o Partido Socialista distribuiu agora uma moção sobre a Comemoração do 70.º Aniversário da Libertação do Campo de Auschwitz e vai muito no sentido daquilo que o vereador Pedro Pina leu. O vereador Fernando Paulino irá ler, quando a Sra. Presidente assim o entender, e poderá fazer uma súmula daquilo que nós

entendemos sobre o assunto e da atualidade até pelos vários movimentos que ultimamente na Europa têm aparecido. Julgo que está muito atual e é de todo o interesse promover a sua divulgação e festejar o fim daquele horror e de tudo o que aquilo representou.

Em relação às eleições gregas, o que me surge dizer, em primeiro lugar, é que o povo grego merece o nosso respeito e aquela tentativa que foi feita de pressionar o povo grego em função de um resultado não surtiu efeito. Isso para mim é uma das grandes elações que tiro com muito prazer, porque demonstra que os povos são soberanos em democracia. Essa é para mim a maior elação.

Quanto àquilo que o Sirriza vai fazer, para mim é uma grande carta em branco, desconfio bastante da forma como eles querem atingir os objetivos, os quais são também os nossos, que é saltar esta crise. Não acredito que aquele caminho seja o rumo certo para atingir aqueles objetivos, no entanto, mantendo este ceticismo, vamos acompanhando esperando que o povo grego dentro da sua soberania que, mais uma vez quero aqui reforçar a ideia de que contra todos os ventos e marés, contra todas as pressões de outros países ou de representantes de outros países, não se deixaram atemorizar e votaram em quem bem entenderam. É por isso que todos nós democratas nos debatemos.

Outro ponto a assinalar é ver o peso, apesar de a esquerda ter ganho, que a direita e a extrema-direita tem também no novo cenário político grego, com os neonazis a serem a terceira força política mais votada na Grécia, os mesmos neonazis que numa lógica muito parecida construíram estes campos de Auschwitz, entre outros. É por isto que nós também devemos estar muito atentos, que a Europa realmente tem que infletir para que estes sentimentos nacionalistas populistas, mas com efeitos gravosos para as pessoas, não possam vingarem.

**Sra. Presidente** – Não havendo mais intervenções, pedia aos vereadores do Partido Socialista que lessem a sua moção e os votos de pesar.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Leu uma moção sobre o “Dia Internacional em memória das vítimas do Holocausto – 27 de janeiro”, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6:

*“Instituído oficialmente pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2005, a data que lembra mundialmente esta trágica efeméride, assinala justamente O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, dia em que tropas soviéticas entraram no campo de extermínio de Auschwitz, na Polónia, e libertaram os sobreviventes do mais temido local de mortandade e barbárie da Segunda Guerra Mundial, corria o dia 27 de janeiro de 1945.*

*No presente ano de 2015 a evocação desta data assume especial relevância, na medida em que se assinalam precisamente 70 anos da libertação do campo de extermínio de Auschwitz. Evocar esta efeméride é sinónimo de associação às cerimónias que, nas Nações Unidas e em todo o mundo, rendem homenagem às vítimas do Holocausto, particularmente aos milhões de judeus barbaramente assassinados neste campo de concentração nazi. É impossível olvidar o que o ser humano foi capaz de fazer naqueles anos sombrios com todo um povo, apenas por ser um determinado povo ou de uma determinada religião. Homens como os diplomatas Aristides de Sousa Mendes, Carlos Sampaio Garrido e Alberto Teixeira Branquinho deverão ser sempre exemplos de inspiração da nossa atuação e da nossa responsabilidade de proteger o outro.*

*Com efeito, mais do que evocar o acontecimento histórico e homenagear os seus atores intervenientes, esta efeméride, deve igualmente representar a renovação do compromisso de promover a educação, a memória e o estudo desta página negra da história da Humanidade, que abalou profundamente toda a civilização mundial. Assim, em nome do futuro e do bem de toda a humanidade cabe-nos, continuar a promover a educação, não só das atuais como das gerações vindouras, para o respeito dos Direitos Humanos, da tolerância e do respeito mútuo entre pessoas e povos. Postula-se igualmente como um imperativo absoluto condenar, sem reservas, todas e quaisquer manifestações de intolerância religiosa, de incentivo ao ódio, de*

*perseguição ou de violência contra pessoas ou comunidades por razões étnicas ou religiosas, bem como rejeitar toda e qualquer negação do Holocausto como facto histórico.*

*Em tempos em que a xenofobia, o ódio e a discriminação assumem dimensões cada vez mais extremistas e radicais, é, ainda, mais importante trazer à memória e reiterar veementemente a condenação de acontecimentos terríveis, como o Holocausto, para que nunca mais se repitam. Afinal, não nos esqueçamos que é com o silêncio dos bons que cresce e germina o avanço dos maus. Como nos recorda o pastor luterano Martin Niemöller: “Um dia vieram e levaram o meu vizinho que era judeu. Como não sou judeu, não me incomodei. No dia seguinte, vieram e levaram o meu outro vizinho que era comunista. Como não sou comunista, não me incomodei. No terceiro dia vieram e levaram o meu vizinho católico. Como não sou católico, não me incomodei. No quarto dia, vieram e levaram-me; já não havia mais ninguém para reclamar.”*

*Apesar de negra, a Memória do Holocausto diz respeito a todos nós e devem manter-se bem viva e presente. Quando episódios trágicos como este acontecem significa algo de muito errado na humanidade. É algo que a todos nos deve fazer refletir e interrogar, mas ao mesmo tempo lembrar que, particularmente as vítimas do Holocausto, não morreram em vão. Em nome dos direitos e da dignidade da pessoa humana, Para que a luz triunfe sobre as trevas.”*

A Sra. Presidente submeteu a moção a votação, a qual foi aprovada por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Leu um voto de pesar pelo falecimento de Miguel Galvão Teles, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 7:

*“Miguel Galvão Teles faleceu no passado dia 23 de janeiro, aos 75 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Lisboa, dominava várias áreas nomeadamente o Constitucional. Tendo também passado pela política, aderiu ao PS em 1978, tornando-se depois conselheiro de Estado do Presidente da República Ramalho Eanes.*

*Nascido no Porto, foi o primeiro português a quem foi atribuído o prémio internacional de advocacia pela Chambers and Partners. Foi, também homenageado pelo Estado português com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.*

*Recebeu ainda os prémios Gulbenkian de Ciências Político-Económicas e de Ciências Histórico-Jurídicas. Foi sócio fundador de um dos maiores escritórios de advogados nacionais, o Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordenava o departamento do Direito Público e Direito Internacional. Era ainda membro do Tribunal Permanente de Arbitragem, em Haia.*

*Este brilhante jurista, prestou um contributo essencial para a consolidação da democracia portuguesa, estando também ligado à defesa da causa de Timor no plano internacional.*

*Adepto do Sporting, assumiu, durante 11 anos, a presidência da mesa da Assembleia Geral deste clube.*

*À família enlutada a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências.”*


A Sra. Presidente submeteu o voto de pesar a votação, o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Leu um voto de pesar pelo falecimento de Niels Fischer, o qual fica arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8:

*“Niels Fischer, designer dinamarquês, formado na Academia Real das Belas Artes, em Copenhaga, tendo sido também Oficial do Exército Real da Dinamarca, faleceu aos 78 anos, no passado dia 24 de janeiro, em Setúbal.*

*Na década de 1970, elegeu Portugal como o seu país e por cá viveu e expandiu a sua arte: a atividade criativa de designer. Viveu em Lisboa, cidade pela qual se apaixonou e onde conheceu a sua mulher, a pintora, Maria Amélia dos Santos Ribeiro, com a qual casou na Dinamarca, antes de regressar a Portugal.*

*A arte, a criação e as pessoas com quem se cruzou inspiraram a vida de um homem muito ativo, dinâmico, amigável, honesto e humano, que procurou o envolvimento da comunidade em*



*atividades culturais, atribuindo à sua vida o sentido que a arte e a criatividade conferem à vida em sociedade.*

*Em Portugal, criou a identidade visual de diversos ministérios (da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho, da Economia, da Cultura, da Agricultura, das Finanças), da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e de diversas Associações Mutualistas, Câmaras Municipais, Casa Pia, União das Misericórdias Portuguesas, Bancos e Caixas Económicas, UNICEF, Hospitais, Presidência Portuguesa da União Europeia 2000 (área da Segurança Social e do Trabalho), bem como de congressos, seminários, concertos, teatro, bailado, exposições, escultura, entre tantas outras áreas da cultura e das artes.*

*Entre 2005 e 2015, divulgou por todo o país a vida e obra de Hans Christian Andersen, com a exposição sobre o escritor, uma iniciativa particular benemérita: ideia, design, produção, organização e financiamento, com o objetivo de envolver ativamente crianças, jovens e adultos, instituições particulares de solidariedade social, instituições educativas, culturais e sociais locais. Niels Fischer transformou a sua arte e a obra de Hans Christian Andersen numa mensagem de liberdade e solidariedade que dariam um novo sentido à sua vida*

*Em 2011, Niels Fischer foi distinguido pela Câmara Municipal de Setúbal com a Medalha de Honra da Cidade, grau Ouro, cidade que acarinhou e que escolheu para viver, no verão de 2014. Alguns dos seus trabalhos estão expostos em permanência, nos painéis instalados na placa central da Avenida Luísa Todi, em Setúbal, em frente ao Fórum Municipal.*

*À família enlutada, em particular ao seu irmão, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências.”*

A Sra. Presidente submeteu o voto de pesar a votação, o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Queria também dar nota, infelizmente, de um óbito. Esta cidade é uma cidade feita também por aquilo que é a particularidade e dar nota de que morreu o ardina Pardal, figura típica setubalense, que ao longo de várias décadas apregoou os jornais matutinos e vespertinos nas ruas de Setúbal, de seu nome Armando Rodrigues, conhecido por Pardal. Era uma das figuras incontornáveis da nossa cidade e queríamos também neste momento apresentar as nossas condolências pela perda de uma figura que também foi dando vida às ruas da nossa cidade.

**Sra. Presidente** – Leu um voto de pesar pelo falecimento de Niels Fischer, o qual fica arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9:

*“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento do artista e designer Niels Fisher, cidadão dinamarquês que desenvolveu na nossa cidade importante atividade de divulgação do trabalho de Hans Christian Andersen a propósito da passagem deste escritor e poeta por Setúbal no século XIX.*

*Niels Fisher nasceu em 30 de Maio de 1936 em Copenhaga, Dinamarca. Entre 1953 e 1957 formou-se na Academia Real das Belas Artes, na cidade natal. Estudou ainda em Varsóvia e Roterdão. Seguidamente, entre 1959 e 1974, foi Oficial do Exército Real da Dinamarca. De 1969 a 1974 foi Capitão e Comandante de Unidades Blindadas. De 1966 a 1969 licenciou-se em Gestão e Administração e de 1974 a 1977 em Design, sempre em Copenhaga. Em Portugal trabalhou em design de identidade visual e sua aplicação. Nesta área desenvolveu muitos trabalhos para diversos serviços, organismos públicos e privados.*

*Em 2005 criou e desenvolveu o projeto “Hans Christian Andersen”, de que assumiu o design, a produção e o financiamento, divulgando, desta forma, a obra de Andersen em Portugal e a ligação do contista a Setúbal.*

*Outra iniciativa, em paralelo, foi a grande Exposição “O Canto do Elfo” desenvolvida no Museu do Trabalho Michel Giacometti, integrando escolas, instituições sociais e artistas plásticos na construção de grandes instalações com materiais recicláveis.*

*Atualmente encontram-se em exposição permanente, na Avenida Luísa Todi, em Setúbal, seis painéis concebidos pelo artista, inspirados nos contos de Andersen.*

4 7 5

*Neils Fisher foi distinguido, em 2011, pela Câmara Municipal de Setúbal com a Medalha de Honra da Cidade, na Classe de Atividades Culturais.  
À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta sentidos pêsames.”*

A Sra. Presidente submeteu o voto de pesar a votação, o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta.

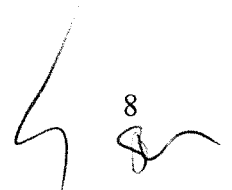
**Sra. Presidente** – Já que estamos nos falecimentos, dizer que foi ontem a enterrar o Sr. Nuno Mesquita Pires, um homem de grande importância na cidade, que exercia a atividade de Despachante Oficial, um homem que a história da sua vida também se cruzou e se ligou sempre com a história da cidade. Um homem muito atento, um cidadão muito ativo e do ponto de vista cívico foi um homem que se notabilizou não só na sua atividade profissional, porque era um dos maiores despachantes oficiais não só de Setúbal como também do país, quando ser despachante oficial ainda era uma profissão de grande protagonismo, de grande importância, e enquanto muitos despachantes oficiais foram fechando as suas portas as suas continuam ainda abertas. A Câmara Municipal de Setúbal também endereça sentidos pêsames à família enlutada e dizer que prestamos homenagem a um homem que significou muito para Setúbal, tanto pelos postos de trabalho que criou, como pelo desenvolvimento económico que criou nesta cidade.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Evocámos hoje pessoas que tiveram relevância na cultura, na indústria, no comércio, na arte, na política e também queria aqui, não conhecia, mas julgo que é muito importante também aqui fazer referência a Maria Pinheiro, mais conhecida por Mimi, funcionária desta casa e que trabalhava na Casa da Baía. Julgo que era importante recordar, porque não podemos deixar de combater tudo o que é violência doméstica, em que umas terminam desta forma e outras que não terminam assim, mas que são igualmente condenáveis. Já falei com a Sra. Presidente sobre isto, era importante a Câmara Municipal associar-se à sua memória, mas também dar muito ênfase e muita relevância a esta questão de que cada um de nós e também a Câmara Municipal possa fazer algo para que estas situações terminem. Sei que é muito difícil, mas cada um de nós não pode deixar de refletir e de mostrar à população que cada um de nós precisa de encontrar, na nossa vida, o melhor equilíbrio, porque só quando as pessoas estão desequilibradas é que isto pode acontecer, infelizmente para cada um de nós, mas principalmente para a Mimi.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Dizer que nos associamos a estas referências de pesar, quer ao ardina Pardal, uma figura popular da nossa cidade, quer ao Despachante Oficial Nuno Mesquita Pires que, já tínhamos aqui para fazer referência, também foi um mecenas nesta cidade e merece todo o respeito pela sua memória e também nos associamos à referência feita pelo vereador relativamente à funcionária da Câmara Municipal, que é uma problemática que nós um dia teremos que trazer a discussão. Nós também temos esse papel cívico de discutir estas problemáticas sociais, hoje não queremos fazer mais comentários relativamente a esta matéria, mas penso que é importante deixarmos aqui essa ressalva.

**Sra. Presidente** – Em relação a esta funcionária que todos conheciam por Mimi, independentemente da violência doméstica, do ponto de vista profissional deixa muitas saudades, era um ser humano cordial, que se destacava na Casa da Baía por ser uma excelente profissional. Era procurada por muitas pessoas que vinham de fora de Setúbal para serem atendidas por ela, pela sua simpatia, pela sua cordialidade, por estar sempre com um sorriso e pela competência, o que deixa muitas saudades quer em nós, os eleitos, os dirigentes, os colegas que estavam muito próximos dela, quer em muitas pessoas que frequentavam a Casa da Baía e que a conheciam. Deixa em todos nós muitas saudades, já para não falar nos seus amigos, nos seus vizinhos e na sua família pela forma dramática como esta violência doméstica em estado de terrorismo, barbário, algo impensável acontecer nos dias de hoje e que nada faria prever que acontecesse a uma pessoa que nunca faltava ao





trabalho e que permanentemente tinha um sorriso nos lábios e que estava sempre disposta a ajudar os outros e a trabalhar para todos sempre com um sorriso.

Estava numa reunião do Clube das Mais Belas Baías quando me deram esta notícia e todas as pessoas do Clube a conheciam, porque quando vieram cá fazer reuniões iam lá fornecer-se de vinhos, especialmente os franceses, e também eles queriam ser atendidos por ela, porque eles pediam uma garrafa e normalmente ela conseguia vender um caixote cheio de vinhos. Isto só para retratar a afabilidade, a competência, a proximidade que ela tinha com as pessoas.

Um dia fui lá com o Presidente da Câmara de Comércio Luso Árabe, que tem dentro de si 22 países, para mostrar a Casa da Baía, até porque depois se fez lá uma reunião dessa Câmara de Comércio e ela estava lá a trabalhar e apresentei-lhes e ele perguntou qual era o melhor vinho e ela disse para ir para a reunião que no fim diria qual era o melhor vinho. No final tinha 2 caixotes cheios dos melhores vinhos e o senhor achou tanta graça que deu-lhe o cartão de crédito e ela passou o cartão para pagar e ainda foi um valor bem alto. Era assim permanentemente e as pessoas gostavam de ser atendidas por ela, gostavam dela e ela prestava a causa pública com tudo o que tinha de melhor, mesmo que assim não fosse, nada justifica o desfecho que teve. Através da Mimi todos queremos aqui saudar todas as mulheres, mesmo as que não perdem a vida, porque são de facto dignas da nossa mais profunda solidariedade e homenagem em dias muito difíceis das suas vidas.

Fez-se um minuto de silêncio por todos os que faleceram.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu uma moção sobre o “Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas áreas Sociais”, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10:

*“1. O Governo aprovou na reunião de Conselho de Ministros do passado dia 15 de Janeiro o regime jurídico de transferência de competências para os Municípios nas áreas sociais, concretizando, segundo afirma, as disposições constantes da Lei 75/2013 de 12 de setembro.*

*Fê-lo apesar dos pareceres negativos dos Municípios e da sua Associação Nacional (ANMP), auscultados no âmbito de um processo que, como a própria ANMP refere, não representou mais que o cumprimento de uma formalidade, desprovido, até pelos prazos em que decorreu, de qualquer sentido substancial ou de qualquer vontade de construção de uma solução que não aquela que, pela mão do governo, se encontrava já gizada.*

*Mais, fê-lo sem explicações que permitissem entender o sentido do regime proposto, sem estudos que o sustentassem e sem um mínimo de fundamentação capaz de permitir, por exemplo, compreender a escolha das áreas abrangidas, das soluções preconizadas ou dos critérios aptos a garantir as indispensáveis uniformidade e universalidade territoriais na construção do processo e na afetação de recursos.*

*Fê-lo, em suma, sobre a ausência de todos os elementos cuja presença a própria Lei 75/2013 impõe.*

*2. Estando disponíveis para considerar um processo de descentralização de competências, este só o será realmente se for ponderado, amplamente consensualizado, territorialmente equilibrado, apto a contribuir para um modelo global de aproximação da administração às necessidades e aspirações das populações, acompanhado da afetação dos recursos materiais e humanos adequados.*

*Associamo-lo a um processo de implementação das regiões administrativas, capaz de promover a criação de uma estrutura governativa intermédia, dotada de competências amplas, harmonizadora de políticas e recursos.*

*Consideramos que, em Portugal, a ausência de um poder regional tem dificultado a existência de uma política verdadeiramente descentralizadora e de complementaridade. Podemos referir como exemplo – o processo de delegação de competências nos municípios, por via da contratualização, iniciado em 2008, que longe de traduzir uma orientação de descentralização, veio impor um processo forçado de transferência de encargos, subordinando as autarquias a meros executores das políticas definidas pela administração central, desrespeitando o princípio*



*da autonomia do poder local, e desaproveitando as reais possibilidades que o princípio da subsidiariedade comporta.*

*Estaremos disponíveis para abordar um processo de descentralização num momento em que aos municípios sejam asseguradas as condições reais de prossecução das suas competências próprias historicamente consolidadas, quando a contratação de trabalhadores não seja objeto de cerceamentos injustificados. Quando a realização de despesa não se encontre limitada para lá do que a gestão financeira imporia ou a autonomia do Poder Local Democrático permite.*

*3. A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.*

*O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos.*

*Condições e objetivos que, uma vez admitidos, desde logo nestas condições, configurariam uma subordinação a interesses, estratégias e políticas estranhas às próprias autarquias e à sua matriz, e que, associados à opção governativa de implementação deste processo através de “projetos-piloto”, reforçando a ideia de um país a várias velocidades, por si só justificariam o parecer negativo que a ANMP deu à proposta de lei apresentada.*

*O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.*

*4. O modelo constante da proposta aprovada em Conselho de Ministros contempla um conjunto de soluções manifestamente inaceitáveis, entre as quais, e a título meramente exemplificativo, se contam:*

*a) A gestão curricular e pedagógica, passando pela gestão de recursos humanos, gestão financeira e gestão de equipamentos e infraestruturas dos estabelecimentos de ensino de segundo ciclo, a qual, considerando as condições definidas (onde se inclui um modelo claro de subfinanciamento), visa, no essencial, transferir custos para as autarquias;*

*b) A perda de autonomia e de competências das direções dos agrupamentos e escolas não agrupadas em detrimento do crescimento das competências municipais e supra municipais sobre as mesmas matérias;*

*c) O afastamento dos Municípios dos processos de discussão e decisão nas matérias de segurança social, reforçando um caminho que se afigura, no essencial, apostado em que os municípios sejam meros executores de um serviço de apoio social sem que tenham a possibilidade de definir políticas locais neste âmbito;*

*d) A delegação, nas áreas da saúde, de competências de recrutamento, gestão, formação e avaliação dos técnicos superiores, técnicos superiores de saúde, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais, numa listagem da qual apenas se exclui o pessoal médico e enfermeiro.*

*e) A gestão das unidades de saúde (apoio domiciliário, UCC e URAP), prevendo-se aqui a “...execução de intervenções...” o que implica a gestão de espaços e projetos, para além da gestão de infraestruturas do ACES.*

*5. Abordar este tema num quadro não negocial, limitando a participação dos Municípios e da sua Associação Nacional a uma formalidade de pouco relevo, despida de qualquer substancialidade, indiferente para a conclusão do processo, constitui um contributo para a erosão de espaços de diálogo, de confronto de ideias, de realidades e opiniões.*

*Sabemos que é possível, com pressupostos claros e em condições específicas, construir um processo de descentralização de competências capaz de servir o país, as regiões, os municípios e as populações.*

*Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para construir a melhor solução. Com conhecimento efetivo da realidade local. Com experiência. Com seriedade. Com rigor. Com vontade de trocar ideias e construir consensos é possível construir um processo de descentralização.*

*Confiamos que, no quadro autárquico, a ANMP e, em particular, o seu Congresso (que se encontra agendado para o primeiro trimestre de 2015), continuam a ser o espaço privilegiado para a continuação desta discussão.*

*Pelo exposto,*

*A Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 28 de Janeiro de 2015, manifesta:*

*a) O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de transferência de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado em Conselho de Ministros;*

*b) A necessidade de um tal regime jurídico resultar de um processo de discussão e de um quadro de consensualização (não verificados), desde logo no plano municipal, capaz de reconhecer as especificidades locais e de integrá-las num todo nacional que, atentas as matérias em causa, consiga responder à necessidade de desenvolvimento do país a uma única velocidade, minorando discrepâncias, diferenças e desigualdades;*

*c) O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;*

*d) A necessidade de promoção de uma discussão ampla, no quadro autárquico, relativamente às matérias em causa, com respeito pelos órgãos municipais e pelo princípio constitucional da autonomia municipal.*

*A presente MOÇÃO, uma vez aprovada, deverá ser remetida aos órgãos de comunicação social, à ANMP, AML, AMRS aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, ao primeiro-ministro, Presidente da AR, Grupos Parlamentares.”*

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Este é um assunto da maior relevância para o quadro autárquico e para as relações entre a Administração Central e todo o Poder Local. Por princípio sou defensor da descentralização e posso divergir nalgumas questões, no modelo, na forma, mas por princípio sou a favor e desde sempre, desde que sou autarca já há muitos anos e enquanto deputado, que tenho apostado nesta questão. Com a evolução que tivemos a vários níveis, até tecnológicos, cada vez mais é possível e é um trabalho mais eficaz, se alguns deles, em que grande parte do trabalho que era feito e que ainda é feito pela Administração Central, possa ter a sua decisão a nível local.

Discordo totalmente com o que aqui está referido no que respeita à questão da regionalização. Primeiro, sou por princípio também contra a regionalização, pelo menos nos moldes que se tem falado há muitos anos e há vários tipos de modelos de regionalização. Não concordo que para se fazerem, para se concretizarem estas iniciativas e estas medidas de descentralização que seja fundamental ou muito importante a implementação das regiões administrativas. Acho que isso não tem aqui cabimento.

Por outro lado, também sabemos que se aproxima, não estou a dizer que concordo com tudo o que está nesta lei, um período eleitoral delicado, quer com as legislativas, quer com as presidenciais. Ao contrário do que aqui está escrito, porque o processo de descentralização de competências não é fácil e o modelo que aqui está de projetos-piloto, acho que é uma boa forma de testar estas iniciativas. Sabemos que nestes projetos-piloto alguns municípios, mesmo do Partido Socialista, estão recetivos, alguns já mais agora estão menos, talvez por questões políticas, mas alguns, apesar de poucos, continuam disponíveis para serem incluídos nos projetos-piloto.

Atenção! Com isto não quero dizer que a lei foi previamente bem discutida, que houve consensos, não é aí que estou a chegar, mas não posso concordar com algumas situações que aqui estão que são por pressão, por princípio. A minha posição para já, e voltaremos

porque isto não é um projeto acabado, é um processo que vai evoluir e que julgo ser importante para todos, principalmente para os cidadãos que tenham o seu centro de decisão mais próximo, e com certeza que o que aqui está vai sendo modelado ao longo do tempo.

O Congresso da Associação Nacional de Municípios é um marco importante para este debate e entendo que estamos no bom caminho e que nos próximos meses e anos, espero que não sejam muitos, este modelo possa eventualmente sofrer ajustamentos, sofrer correções para que entre os municípios, globalmente, e a Administração Central, seja ela liderada por partido que for, que possam aproximar mais as decisões do povo. Neste caso concreto não concordando com questões muito importantes como a atualização e os projetos-piloto, com que parece que o vereador Pedro Pina não concorda, pelo contrário eu acho que é o processo. Para já vou-me abster, sem prejuízo de voltarmos a falar sobre isto noutras reuniões, numa fase mais consolidada e de maior conhecimento de todos nós sobre este processo.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Duas ou três anotações sobre esta moção. Em primeiro lugar dizer que a relação entre o Poder Local e a Escola é um caso de sucesso no pré-escolar e no 1.º ciclo, pelo menos de uma forma genérica. Em 2008, a moção refere isto também, fez-se uma abertura para o 2.º e 3.º ciclo. Ainda há dias estive a ouvir a Presidente da Câmara de Odivelas, a Susana Amador, que aderiu a esse contrato programa e que partilhou muitas das questões associadas a essa delegação que foi feita no âmbito desse Decreto-Lei de 2008, em que manifestou de forma muito veemente o ónus financeiro, político, etc., da transferência para a câmara. Expôs com muita objetividade e com o ónus da experiência, de alguma forma, escalpelizou este regime jurídico e expôs as situações que este regime sujeita as câmaras que vão aderir. Pelo que ouvi são cerca de 15, 20 de câmaras que vão eventualmente ou iriam aceitar estes contratos programa.

Como é que o Partido Socialista concorda com esta moção e o que quer realçar? Primeiro o défice de participação e a Associação Nacional de Municípios foi muito claro, em relação a isso. O Governo não discutiu com a Associação Nacional de Municípios, com os professores, com as Associações de Pais, não discutiu com absolutamente ninguém. Pelo que percebi discutiu com alguns municípios que por ventura até eram da cor política do Governo e o processo começou inquinado por aí de alguma forma e falta essa partilha de experiências de quem já as tem nos 2.º e 3.º ciclos e de quem vive no dia-a-dia essas necessidades. Depois o enquadramento legal que as autarquias têm e que estão sujeitas, como a Lei dos Compromissos e o não poder admitir mais pessoal. Aliás tem sido algo que temos falado aqui várias vezes, o FAME, o PAEL, como é que as autarquias podem, face a todo esse enquadramento legal, assumir mais encargos, mais pessoal numa área que não pode ter um experimentalismo, porque depois as gerações vindouras pagarão caro e temos que ir com muito bom senso. Não podemos fazer, como foi o caso das juntas de freguesia, em que foi a régua e esquadro e era para avançar e avançou, neste caso da educação julgo que a prudência deve ser boa conselheira.

Em relação a uma outra questão que também lança algumas dúvidas, é que de repente e aparentemente passa a haver duas tutelas, o ministério mantém algumas áreas e o município mantém e passa a ter outras. Já existe, mas no 2.º e 3.º ciclo isto complica. Não é uma falsa questão, não. Quem está no dia-a-dia e depois nas zonas cinzentas, em que uma tutela diz que a responsabilidade não é deles é da câmara, é aí é que começa a haver problemas. Não é novo, mas em vez de se resolver, acrescenta-se o problema a uma área ainda maior e mais problemática.

Há aqui duas visões, delegação de competências ou maior autonomia, o que não é a mesma coisa, e o que entendemos é que este regime não dá maior autonomia, este regime transforma as câmaras, de alguma forma, numa prestação de serviços para fazer aquilo que o Governo delega. Isto não é mais autonomia para as escolas, não é uma reforma do que se quer em termos de uma maior autonomia das escolas e uma maior aproximação aos problemas reais e da forma como os resolver.

O Partido Socialista, através da Associação Nacional de Municípios que também já se pronunciou contra, vai votar favoravelmente esta moção. Existe aqui um parágrafo que pode ter

uma leitura errada. Na última folha, alínea b), a penúltima frase diz: “...*consiga responder à necessidade de desenvolvimento do país a uma única velocidade*,...”. Isto não acrescenta nada de novo, dá a ideia que queremos que o país esteja só a uma velocidade e que seja uma velocidade baixa e não é esta a nossa visão. Se retirássemos “*a única velocidade*” ficaria “...*consiga responder à necessidade de desenvolvimento do país, minorando discrepâncias, diferenças e desigualdades*;”. Na minha opinião, quem quiser ter uma leitura enviesada deste parágrafo pode dizer que vocês querem que seja tudo nivelado por baixo, mas que eles querem é nivelar por cima. Percebo e percebi a ideia, porque atrás está bem explicado, o facto de haver municípios que adotem e outros que não, vai provocar variações, mas a forma como está escrito parece-me infeliz e se retirássemos, mantinha totalmente a ideia e não permitiria essa leitura.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Tinha a intenção de tentar ponderadamente e com calma falar nisto, porque é uma questão essencial para as câmaras, porque a maneira de fazer, fazer mal ou fazer bem tem muitas consequências para o futuro imediato e para o resto. É daquelas matérias que justifica um acordo de regime e muito mais justifica uma participação efetiva das câmaras na sua preparação e na sua discussão, porque estamos aqui em fase da alteração da natureza das competências dos municípios. Nenhum autarca pode abster-se de tomar posição contra uma solução que vá de forma administrativa para cumprir determinadas metas de alienação de custos, fazendo algo em nome da descentralização de competências. Todos sabemos que uma aplicação experimental tem praticamente resultados garantidos, porque poderão colocar os meios para funcionar em 14 ou 15 câmaras e poder-se-á dizer às outras que não houve qualquer problema, que funcionou, mas daí até aos 308 municípios... Quero crer que o Sr. Vereador Paulo Lopes não terá entendido bem, porque esta expressão que aqui está referida “*a única velocidade*” é a chave do movimento igualitário do país. É a chave disso. É não admitir que a Câmara Municipal do Porto ou de Lisboa, com mais meios, possam juntar aos que o Governo lhes transfere e tenham bons desenvolvimentos nestas tarefas da educação ou da saúde. Mas as Câmaras de Mira Gaia, de Alandroal, do Sardoal ou outra qualquer do interior não vão poder juntar quaisquer meios para esse bom desempenho. Isto implica critérios uniformes de gestão da educação, de gestão da saúde, de gestão da segurança social, e é muito importante.

É importante tomar posição, não haver sequer uma abstenção contra isto, porque sabemos da vida prática, que a melhor maneira de matar uma ideia é executá-la mal. Matar uma ideia, um valor, um princípio, porque se querem descentralização, nós damos descentralização.

Expliquem-me os senhores como é que alguém pode ficar indiferente a determinações como estas que vêm aprovadas nesta lei? Esta moção é exemplar. Dou os parabéns ao redator, ou aos redatores, porque está cá tudo e de forma clara. Já que contestam a gestão curricular e pedagógica, admito perante o Ministério da Educação completamente implodido, que o objetivo pré-ministerial daquele Sr. Ministro está conseguido, implodiu o ministério, está de rastos. Qualquer solução é melhor do que aquela que existe na gestão da educação, até os municípios farão melhor, mas a segurança social sem a possibilidade de fazer escolhas sobre a locação dos apoios sociais e a forma de os distribuir, porque no momento seguinte faltam os meios, mas já não há responsabilidade do Governo Central, são os municípios que têm a competência, não têm os meios para aplicar e para distribuir os apoios, mas já é problema das autarquias. Esse caminho não!

Como é que se compreende que as competências do recrutamento de todos os técnicos, exceto médicos e enfermeiros, passem cá para baixo? Todos percebemos, não é preciso ser entendido em gestão hospitalar, que os hospitais são unidades orgânicas coerentes, que não pode haver uma política para recrutamento e para gestão de médicos e enfermeiros e outra ao lado para os técnicos auxiliares. Não pode haver, não faz sentido. Vamos repartir competências de gestão técnica na área da educação, na área da saúde, na área dos hospitais ou da segurança social por 300 municípios? Ou é para não haver nenhuma competência técnica e são meros executores? É um assunto extremamente importante e que não devemos fingir que não percebemos. Quando faltarem os meios, porque é retirado o ónus do Governo

Central, basta apertar a válvula e há menos distribuição para as autarquias. Isto implicava voltar a ter uma discussão, uma redefinição da distribuição das receitas do Estado com as autarquias, porque são funções sociais do Estado essenciais e temos que as discutir e pôr nas câmaras, porque para pôr a função temos que pôr os meios, temos que pôr as receitas do Estado também. Sem isto feito não é sério avançar para um processo destes para dizer que neste caso exemplar e naquele deu resultado. Isso é fácil de fazer, por isso é que o assunto é importante e devemos sublinhar a importância da aprovação desta moção.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Subscrever integralmente as palavras do vereador Manuel Pisco e dizer que a propósito da afirmação do Sr. Vereador Luís Rodrigues, que esta estratégia encapotada do nosso, agora simpaticamente, Governo de utilizar estas lógicas dos projetos-piloto tem demonstrado pelas mais diferentes formas qual é que é a perversidade destes mesmos projetos-piloto. A título de exemplo só queria demonstrar o que é que está em causa com esta descentralização de competências na área social, porque o Governo transfere competências e atribuições na área da proteção social. Neste momento o que está em causa, por exemplo, com aquilo que fez pervertendo e enviesando a lógica da responsabilidade e da coresponsabilidade da sociedade civil com os 360 acordos que fez com as instituições, em particular de solidariedade social, que sabemos que estão constringidas e sufocadas com as dificuldades e colocando o ónus destas mesmas instituições através da mão-de-obra barata. Assume que é muito mais barato a prestação de serviços por estas instituições do que os serviços prestados pela segurança social, despedindo centenas de trabalhadores do Instituto de Segurança Social, como alguns deles deram prova nesta mesma câmara, é o exemplo acabado daquilo que é a descentralização de competências que este Governo quer fazer. Aliás o Sr. Vereador Manuel Pisco, com a sua experiência e capacidade, deu prova do que está em causa, da utilização da expressão “a uma única velocidade”. Porque o que o Governo quer promover com a poder deste Decreto-Lei que agora aqui se apresenta, é a possibilidade daquilo que é garantido pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o que o art.º 9.º assume como tarefas fundamentais do Estado, que são promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses de bem-estar como é a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais que é posto em causa integralmente através desta proposta que aqui se apresenta.

Senhores vereadores não podemos permitir que o Poder Local Democrático, que foi conquista de abril, seja posto em causa naquilo que pode permitir às populações que seja inquinado e enviesado como a proposta que vai ser adequada àquilo que são as condições. Sabemos naturalmente a forma de lapidar deste Governo e a forma de utilizar as suas relações com os municípios, mas isso não pode permitir ao Poder Local deixar-se levar por esta arquitetura maquiavélica que este regime jurídico, que aqui se apresenta, pretende. A igualdade e a universalidade dos direitos garantidos pelas funções sociais do estado que agora se põem em causa com esta proposta de regime jurídico, não pode ser, de todo, descorada e é naturalmente de grande importância que os municípios olhem para este regime jurídico e que reprovem com grande força e vigor aquilo que esta proposta apresenta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Já foi tudo dito, mas só queria dizer mais uma coisa. Isto não tem nada a ver com meios, tem a ver acima de tudo com a desresponsabilização do Estado relativamente a estas matérias. Tudo aquilo que é bom passa para o privado e tudo aquilo que é crítico quer passar para as autarquias. Esta situação é bem clara e obviamente que não estamos de acordo.

**Sra. Presidente** – Antes de pôr à votação queria dizer que fico muito satisfeita com esta posição do Partido Socialista que é diferente da que tem quando está no Governo, é totalmente diferente. Quando está no Governo é exatamente igualzinha à do Partido Social Democrata, por isso é que digo que não deveria de haver duas cores, só uma cor chegava. A Sra. Presidente da Câmara de Odivelas, Susana Amador, na Área Metropolitana de Lisboa, quando foi a descentralização de competências na área da educação, insurgiu-se contra o Governo

Sócrates do partido dela, insurgiu-se contra a descentralização de competências. Dias antes ao fecho da agenda política, os seus militantes foram chamados ao Largo do Rato e saíram de lá com uma decisão, com uma assinatura, com o compromisso de fazerem os protocolos de descentralização de competências nas escolas que eles próprios em público disseram estar contra. Simplesmente estão a colher aquilo que semearam. Passados alguns meses eles davam quase com a cabeça nas paredes por causa do que receberam em relação ao número de profissionais de auxiliares de ação educativa, de pessoal de higiene e limpeza, etc. e do que tinham que pagar. Quando começaram a ver que os auxiliares de ação educativa, que eram colocados pela câmara, recebiam um salário e que os responsáveis da ação educativa que vinha por transferência do ministério tinham um salário mais baixo, e quando as câmaras tiveram que os substituir por outros tiveram que pagar rios de dinheiro, milhares e milhares de euros sem que o Governo atempadamente fizesse chegar às Câmaras Municipais os salários dessas pessoas. Aí começaram a bater com a cabeça nas paredes. Sei do que é que estou a falar, sei do que é que falava o Presidente Raposo da Câmara Municipal da Amadora, que foi outro que teve que assinar como a Sra. Presidente Susana Amador. Sei o que eles passaram poucos meses depois de terem assinado o protocolo e de o Governo não estar a cumprir, e sei o que eles diziam nas reuniões em que estávamos todos juntos. Acho fantástico que agora, estando o Partido Socialista na oposição, se façam reuniões de esclarecimento, e bem, de arrependimento e de esclarecimento, porque já estavam arrependidos antes de assinar, já não queriam assinar, mas tiveram que assinar. Agora fazem reuniões de esclarecimento entre eles para dizerem que não assinem, porque é muito mau para os municípios por causa da transferência de meios.

Isto tem que ser dito, porque o Partido Socialista, vezes sem conta, toma estas posições, mas agora fico muito satisfeita que depois dos esclarecimentos da Sra. Presidente da Câmara de Odivelas, o Partido Socialista finalmente chegue à conclusão de que é bom não assinar esta descentralização de competências, porque no final de 2015, se o Partido Socialista chegar a ser Governo, passados uns meses irão fazer exatamente tudo aquilo que fizeram no passado e de que hoje são ativos críticos.

Em relação ainda ao processo inquinado pelo Governo, ele veio inquinado pelo outro Governo, porque a descentralização de competências já vem dos anos 80, quando a descentralização de competências do 1.º ciclo e pré-escolares foi passada para os municípios. Era o Partido Socialista que estava no Governo e que fez esta passagem de competências e aí o processo começou a ser inquinado. O que levou às privatizações, à descentralização de competências e à transferência de competências sem meios já é antigo.

A minha moção está contra a transferência de competências e estou a dizer que estou muito satisfeita pela vossa alteração de tomada de posição e isto tem ficar registado, porque as pessoas têm que saber que o Partido Socialista quando está no poder procede exatamente assim. E têm que saber que os autarcas responsáveis, neste caso uma autarca com responsabilidades destacadas como é a Presidente Susana Amador, minha colega, teve posições contrárias, tem posições diversas quando tem que assinar, quando tem que ter disciplina partidária e quando está na oposição vem fazer sessões de esclarecimento. Acho que isto é tentarem atirar serradura para os olhos e também acho que isto tem que ser divulgado e tem que ser esclarecido para as pessoas saberem exatamente quais são as posições das pessoas destacadas do Partido Socialista. Por isso fico muito satisfeita que hoje a Susana Amador, que faz sessões de esclarecimento contra as transferências, e que os vereadores do Partido Socialista votem também contra estas transferências, o que é de grande satisfação para todos nós. Costuma-se dizer que só não mudam os burros.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Não estive presente em nenhuma sessão de esclarecimento da Presidente Susana Amador, se a Sra. Presidente teve conhecimento...

O problema é que na sua intervenção a Sra. Presidente esteve sempre a empolar e acabou em sessão de esclarecimento. Só faltou falar que já tínhamos feito uma manifestação aí algures!

Só para descermos um pouco à terra, dizer que não houve sessão de esclarecimento, partilhei aqui o que foi a experiência de uma autarca que, independentemente no passado ter estado a

favor ou contra, partilhou a sua experiência comigo e com mais algumas pessoas, mas não foi uma sessão de esclarecimento e se fosse também não tinha problema nenhum com isso, que é para isso que as sessões também servem. Dizer que o Partido Socialista é igual, não é igual. Parece que a Sra. Presidente já está em campanha para as legislativas. Na perspetiva deste *timing* de pré-campanha para as legislativas vamo-nos habituando a que a Sra. Presidente associe que o PS é igual ao PSD. Da nossa parte a nossa posição é clara.

Em relação à questão das tutelas, o que este regime jurídico propõe é a gestão curricular e pedagógica, que não é o que acontece atualmente, é muito mais do que aquilo que estava proposto. É nesse muito mais e num certo experimentalismo que entendemos que tem que ser mais amadurecido, falado com todos os intervenientes, câmaras, professores, Governo Central, e não pode ser feito desta forma. É uma das razões pela qual nós vereadores do Partido Socialista tomamos hoje esta posição, porque não vinculo a posição que no Largo do Rato tomam, nós votamos e respondemos só por nós, é que somos contra e aprovamos esta moção. Em relação à velocidade, obviamente que não vou fazer disso nenhum ponto de honra, mas que da forma como está escrito parece que a ideia é todos iguais, mas por baixo e não pode ser, deve ser ao contrário. Mas subscrevo inteiramente a moção da forma como está.

**Sra. Presidente** – Aqui são todos iguais, mas iguais, independentemente da velocidade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – É para lhe dar inteira razão, porque aquilo que a Sra. Presidente acabou de afirmar continua a ser, de uma forma clara, a posição do Partido Socialista, basta ver a posição dos vereadores da área da educação na Área Metropolitana de Lisboa. Obviamente que tenho que dizer isto, porque em relação à questão da municipalização do ensino esta é a posição, ora agora dizemos que sim, ora agora dizemos que não, ora agora parece que sim, ora agora também não.

Creio que não é com este enviesamento de políticas, basta ver aquilo que é a posição da própria Câmara Municipal de Lisboa sobre esta matéria. Mais não digo.

Percebo perfeitamente, é bom, e congratulo-me pelo facto do Partido Socialista de Setúbal ter uma posição clara e objetiva sobre esta matéria.

A Sra. Presidente submeteu a moção a votação, a qual foi aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

## **B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 17 de dezembro de 2014.**
- 2. Deliberação n.º 16/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAP – Aprovação de Auto de Cedência e de Aceitação – PM6/Setúbal-Forte de Albarquel e parcela de terreno com cerca de 7.800 m<sup>2</sup>, inserida em domínio público hídrico a desanexar do PM37/Setúbal-Bateria de Albarquel.**
- 3. Deliberação n.º 17/15 - Proposta n.º 05/2015 – DAFRH/DIGEF – Constituição de fundos de maneio e alterações.**



4. *Deliberação n.º 18/15 – Proposta n.º 06/2015 – DAFRH/DIGEF – Contrato de Comodato entre o Município de Setúbal e a ACML – Associação dos Comerciantes do Mercado do Livramento.*
5. *Deliberação n.º 19/15 – Proposta n.º 07/2015 – DAFRH/DIGEF – 1.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.*
6. *Deliberação n.º 20/15 – Proposta n.º 02/2015 – DURB/DIPU – Termos de referência e proposta de contrato para planeamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Salmoura – União das Freguesias de Azeitão.*
7. *Deliberação n.º 21/15 – Proposta n.º 03/2015 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela verificação técnica efetuada ao abrigo do artigo 12.º do RGEU – Susana Maria Gonçalves de Sá Monteiro – Rua José Faustino Vidal, 12 – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão.*
8. *Deliberação n.º 22/15 – Proposta n.º 04/2015 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com venda de brindes – RENASCER – Associação Cristã de reabilitação, Ação Social e Cultural – Rua Álvaro Castelões, Largo da Misericórdia, Praça do Bocage e Avenida Luísa Todí junto ao Pingo Doce – União das Freguesias de Setúbal.*
9. *Deliberação n.º 23/15 – Proposta n.º 05/2015 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com unidade de rastreio auditivo – Acústica Médica – Praça Almirante Reis – União das Freguesias de Setúbal.*
10. *Deliberação n.º 24/15 – Proposta n.º 01/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”.*
11. *Deliberação n.º 25/15 – Proposta n.º 02/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Refrige, S.A.”.*
12. *Deliberação n.º 26/15 – Proposta n.º 03/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “New Lineo Cinemas de Portugal, Unip. Lda.”.*
13. *Deliberação n.º 27/15 – Proposta n.º 04/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Autoneum Portugal, Lda.”.*
14. *Deliberação n.º 28/15 – Proposta n.º 04/2015 – DAAE/DIAES – Protocolos de Cooperação e Parceria entre o Município de Setúbal e a ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal.*
15. *Deliberação n.º 29/15 – Proposta n.º 03/2015 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2014/2015.*
16. *Deliberação n.º 30/15 – Proposta n.º 07/2015 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
17. *Deliberação n.º 31/15 – Proposta n.º 08/2015 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura – adenda.*
18. *Deliberação n.º 32/15 – Proposta n.º 09/2015 – DCED/DISOC – Aceitação de doações – Natal Solidário 2014.*
19. *Deliberação n.º 33/15 – Proposta n.º 10/2015 – DCED/DISOC – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. Retirada.*

**C) Período Destinado à Intervenção do Público**

**1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 17 de dezembro de 2014**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

**2. Deliberação n.º 16/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAP – Aprovação de Auto de Cedência e de Aceitação – PM6/Setúbal-Forte de Albarquel e parcela de terreno com cerca de 7.800 m2, inserida em domínio público hídrico a desanexar do PM37/Setúbal-Bateria de Albarquel**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

**Sra. Presidente** – Queria ainda referir que acho que é de toda a justiça que, ao contrário do que fez o anterior Governo, este equipamento, este Forte, foi cedido muito justamente ao Município de Setúbal. O Quartel do 11 - Regimento de Infantaria foi vendido escandalosamente ao Município de Setúbal por 2.654.000,00€, sob pena de estar totalmente em ruínas e hoje, se calhar, já não existir. Os munícipes de Setúbal e Azeitão estão a pagar esse valor com os seus impostos, acabam de o pagar em maio deste ano, é a última prestação, para dar novamente ao Estado Português para fazer a obra e se utilizar dele. Os munícipes de Setúbal foram considerados, pelo executivo do Partido Socialista, como munícipes de segunda ou de terceira, de direito privado, para fazerem o favor de pagar o Forte. Os munícipes de Setúbal têm que ser tratados de forma diferente, porque outros Fortes existiram e que nesse mesmo Governo foram doados aos municípios e aqui se o quisermos recuperar temos que o pagar, um edifício que era nacional. Se quisermos que um edifício nacional seja recuperado, como é o Convento de Jesus, temos que o pagar, que foi o que aconteceu. A componente nacional que cabia ao Estado Português no tempo do Partido Socialista. Este Forte foi doado pelo Estado Português no tempo do Partido Social Democrata ao Município de Setúbal e isto tem que ser referido para que fique perpetuado para memória futura.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Pegando um pouco na intervenção que fez há pouco, apesar de todas as maldades que têm acontecido parece que o ciclo político não vai ser ou poderá não ser aquele que se anunciava há uns meses e hoje está aqui refletido também uma ótima iniciativa conjunta do Governo de Coligação PSD/CDS com uma Câmara liderada pela CDU, em que há neste caso concreto uma ótima colaboração. Não sei se um outro Governo liderado por um outro partido ou por uma outra coligação terá, ou teria, ou teve os mesmos procedimentos e a mesma atitude para com a Câmara Municipal de Setúbal.

Quero aqui enaltecer e realçar que de facto é uma boa forma de manter e preservar aquilo que é de todos nós, é o interesse do Governo, neste caso da Administração Central, e o interesse da Câmara Municipal, mas é no fundo o interesse de todos nós que vamos ao longo dos anos por este país fora vendo muito do nosso património, nomeadamente do militar que não está nas melhores condições e que não estão aproveitadas. Julgo que agora também com uma medida recente, não só o Forte de Albarquel, mas outras instalações militares que não estão em uso, poderão elas próprias também sofrer melhorias em benefício de todos nós. Julgo que esta é uma boa forma de relações institucionais entre os vários níveis de poder, entre a Administração Central e a Administração Local.

Só temos que nos congratular com esta iniciativa e queria aqui realçar o Estado Português, neste caso representado pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Agora uma questão interna, apesar de nos congratularmos e estarmos muito satisfeitos com o património que durante 32 anos, pelo menos, vai estar sob jurisdição e tutela da Câmara Municipal, em termos de Câmara Municipal aqui é a primeira vez que estou a ouvir falar sobre este processo. É um processo deveras importante e processos destes teriam obrigatoriamente que ser acompanhados por todos nós, porque apesar de haver uma maioria absoluta nós também fazemos parte e gostaríamos de dar o nosso contributo, também é nossa obrigação e nosso dever, tal como é obrigação e dever da maioria de partilhar e tratar destes assuntos com todos os elementos da oposição, se assim se pode dizer.

A outra questão, que não é para realçar, mas que nos deve trazer sempre cautela, porque com todo este património que vamos tendo para gerir e para fazer investimentos, temos que ter cautela quanto à despesa, independentemente do bom, que este património passe 32 anos a estar sob a tutela da Câmara Municipal e para usufruto de toda a população. Para se fazerem omeletes são precisos ovos e às vezes os ovos podem faltar.

Aqui essa não é a questão principal, longe disso, mas temos que ir ao longo do resto do mandato perceber até onde é que podemos ir, porque sendo as mantas curtas às vezes ficam umas partes destapadas.

Senhora Presidente quero congratular-me e dar-lhe os parabéns, estamos todos de parabéns, o povo de Setúbal está de parabéns por este património que vai ser agora usufruído por todos.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – O Partido Socialista também se associa de forma positiva e congratula-se com este contrato de cedência do Forte de Albarquel ao Município de Setúbal. Tenho também as preocupações que o vereador Luís Rodrigues tem, mas obviamente que a Sra. Presidente no atual mandato e quem estiver no próximo mandato conseguirão resolver as questões que este protocolo agora assinado poderá eventualmente trazer, não será nada que não se possa ultrapassar com os meios da Câmara Municipal. Que aquele espaço seja digno para a população, mas para além da cedência do Forte em si, julgo que o mais importante deste auto de cedência é o facto de a Câmara Municipal poder ligar o Parque Urbano de Albarquel à Praia de Albarquel a esse Forte. É uma forma da cidade crescer para a zona poente, poder pôr ao dispor da população um espaço e poder até aceder a uma praia da cidade de uma forma pedonal que não conhecia no presente.

É importante, independentemente de quem delega em quem, de quem cede a quem ou da forma como é feito, que o Estado Português, que o património nacional, independentemente de quem está hoje na Câmara Municipal ou de quem está no Governo, é importante que seja realçado este facto e esta cedência. É uma cedência, porque é durante 32 anos, não é definitiva, mas qualquer das formas é importante que ela tenha acontecido. Também nós não estranhámos esta empatia que existe entre a esquerda e a direita a nível da Câmara Municipal, aliás já é antigo, e não questionámos nunca e não o vamos fazer agora, porque o Partido Socialista é sempre o alvo abater nestes fóruns municipais e continuará a sê-lo. Nós entendemos e foi materializado até com a atribuição da medalha que a Sra. Presidente recebeu no 10 de junho, e que bem mereceu.

Pelo que se passou na Grécia, em Portugal esperamos tudo também, estamos cá para ver.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Uma deliberação desta natureza nunca é demais sublinhá-la, é de facto importante. Isto tem que ver com o modo de gestão, com o estilo e com a capacidade de intervenção de quem está na câmara em determinado momento, não é algo que seja uma descoberta. O Partido Socialista ao longo de 16 anos também tentou ficar com o Quartel do 11 e também teve a mesma resposta.

Sem nenhuma ironia, nós no nosso país temos um Governo monocolor desde 1976, temos tido permanentemente um Governo cor-de-rosa alaranjado, riem-se ou preocupem-se alguns, é que pode estar a começar a estar em risco com os exemplos da Grécia, que é mais azul, e aqueles exemplos podem ter a sua repercussão e o cor-de-rosa alaranjado começar a ficar um pouco mais escurecido.

Ainda há pouco na questão da descentralização, é importante que as posições de fundo, não a posição do PS em relação à descentralização por alienação de custos de funções do Estado, não é diferente a posição do PS e da do PSD, que é contra a gestão do património público, primeiro condiciona-se a venda e só em caso de não vender é que se faz a cedência. É bom ver que o quadro deste protocolo de cedência é de uma Lei de 2007, da gestão do património do Estado e dos municípios, onde a articulação e a sua utilização está bem regulada. Não podem é andar a vida toda a rejeitar propostas como aconteceu também com a Albarquel sobre o seu uso e a sua recuperação quando não fazem e nem deixam fazer. Desta vez chegou-se a um ponto, independentemente de ser Governo PS ou PSD, porque o comando é o mesmo, não é agora criticá-los. São as circunstâncias da vida política do país, são comandos

da Troika. O Estado tem que alienar despesa, passar despesa para as câmaras o máximo que puder, e reparam que é por 32 anos uma vez que a lei não permite a sua entrega. Para que o Sr. Vereador não fique tão contente e a pensar que facilitou, o que estão a fazer é dar à câmara a despesa da reabilitação do Forte, aquilo que o Estado devia fazer e não faz e nem quer fazer, por isso entrega à câmara e nós cá estamos a assumir essa responsabilidade, porque é um usufruto importante para a população do concelho. Uma vez mais tem que ser o município a fazer em vez do que competia ao Estado Central fazer para que os munícipes ou os visitantes ou a população em geral possam usufruir.

Quanto à vossa posição só registo que ela é a mesma que foi em relação ao Fórum Municipal Luísa Todí, a que foi em relação ao Convento de Jesus, em relação ao Mercado do Livramento, à Casa da Baía e à Casa da Cultura. Já há 2 dias ouvi um genuíno representante da direita nesta Assembleia Municipal a argumentar comigo que era mais uma despesa para a câmara e que queria ver onde é se vai arranjar dinheiro, porque não faz falta mais cultura em Setúbal. Quanto à importância da aquisição daquele equipamento e da possibilidade de ligar finalmente o Parque Urbano à Praia de Albarquel, de devolver o rio à população neste momento vocês não se podem desassociar e amanhã vão questionar onde é que vamos arranjar o dinheiro. Senhora Presidente não responda ainda, deixe os factos correrem e concretizarem-se que é para ficarem como resposta a maneira de se fazerem as coisas como deve ser.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Manuel Pisco, penso que será neste parágrafo que nós podemos fazer aqui uma determinada receção, que *“Face ao seu extraordinário enquadramento natural, o Forte da Albarquel, depois de recuperado, poderá também ser utilizado como uma sala de visitas da cidade e do concelho de Setúbal, destinado a receber individualidades, corpo diplomático, delegações estrangeiras, câmaras de comércio, investidores, empresas, entre outras pessoas e organizações.”*, nomeadamente os visitantes da Troika que são bem vindos também ao nosso Forte de Albarquel.

**Sra. Presidente** – A Troika assim que entrou em Portugal, passado mais ou menos um mês, veio aqui fazer uma reunião comigo nesta mesma sala. Foi com muita satisfação que eu soube que a Troika exigiu menos ao povo português do que aquilo que exigiu o seu Governo e foi aqui nesta sala que nos disseram isso. Num sítio destes ainda ficam mais inspirados e dizem que não mandaram fazer isso e disse à Troika que não ia cumprir o programa, que se quisessem que me levassem presa. Se cumprisse o programa, fechava as escolas, a eletricidade, os transportes escolares, etc.. Como é que resolvia isso? Estiveram aqui os senhores do Ministério das Finanças do Governo Português e expliquei-lhes como é que resolvia isso e perguntaram aos senhores se era verdade o que estava a dizer, e disseram que era verdade, depois a Troika questionou porque é que não foram informados que faziam isso aos municípios. E até hoje ainda não nos aconteceu nada.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Na planta que nos entregaram, na parte do Forte, tem 3 parcelas, A, B e C, queria saber se vão passar todas as parcelas para o domínio, se estão todas incluídas no âmbito deste contrato ou o que está atrás do lado de quem desce a estrada para a Albarquel fica à mesma em domínio do Estado, ou para privado, ou está para venda? A câmara vai assumir tudo?

**Sra. Presidente** – É o Forte e a parte de estacionamento e passagem, é só aquela faixa, e a outra parte é para a alienação, o estado vai alienar isso, mas não é a câmara que vai comprar.

**Sr. Vereador André Martins** – Só para esclarecer esta questão que o Sr. Vereador estava a colocar relativamente ao que está afeto ao Forte de Albarquel. Está dividido em 3 parcelas, porque há uma componente que é do edificado e que vai ter um processo de requalificação, de reconversão. Há uma parte que é um espaço envolvente e que também terá uma intervenção de arranjos da parte exterior e que faz parte da área circundante do Forte e há uma parte que

fica fora dos muros que é um espaço que fica fora do domínio público hídrico e pode ser comercializado, mas que também é aqui cedido neste tempo e naturalmente que foi a nosso pedido que isso foi considerado, porque era fundamental que aquele espaço permitisse garantir o acesso da estrada ao Forte e que também pudesse ter ali uma área de estacionamento, de apoio à área balnear, de apoio à própria praia.

Esta iniciativa que temos hoje aqui é mais uma iniciativa deste executivo da CDU, que se enquadra numa estratégia de desenvolvimento deste concelho e que está expresso nos compromissos eleitorais que a CDU tem para com os setubalenses. Neste caso em concreto situa-se fundamentalmente numa faixa ribeirinha urbana que se prolonga até à Praia de Albarquel, que como sabem tem jurisdição diferente, tem uma jurisdição que não é da Câmara Municipal, não é municipal, e que temos feito todos os esforços para que incluindo a própria Praia de Albarquel possam vir a ter uma gestão municipal. Já foi referido aqui o caso do Quartel do 11 e outros casos de iniciativas que a Câmara Municipal desenvolveu, mas integradas nesta visão estratégica do desenvolvimento do concelho, em particular na área ribeirinha. Já agora referir que há um protocolo onde está estabelecido e acordado entre a Câmara Municipal e a Administração Portuária em que se propõe a alteração na jurisdição do que é hoje a área administrada da APSS e aquilo que é a jurisdição municipal que neste caso concreto inclui a própria Praia de Albarquel. Sabemos que esse protocolo tem pareceres e despachos favoráveis de alguns membros do Governo e esperemos que outros membros do Governo, que têm que se pronunciar sobre esse mesmo protocolo, o façam rapidamente para que a Câmara Municipal possa prosseguir esta sua estratégia de qualificar toda uma faixa ribeirinha que permite o desenvolvimento e uma maior notoriedade do Concelho de Setúbal a nível nacional e internacional.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 17/15 - Proposta n.º 05/2015 – DAFRH/DIGEF – Constituição de fundos de maneio e alterações**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala de sessões, não voltando a fazer parte dos trabalhos, a Sra. Presidente da Câmara.

**4. Deliberação n.º 18/15 – Proposta n.º 06/2015 – DAFRH/DIGEF – Contrato de Comodato entre o Município de Setúbal e a ACML – Associação dos Comerciantes do Mercado do Livramento**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Peço desculpa pela minha ignorância, mas como é que tem funcionado em concreto, até agora, a utilização da câmara frigorífica? Como não há no regulamento de taxas, ao contrário de todos os outros mercados, nenhuma taxa para a utilização da câmara frigorífica, como é que tem sido usada e como é que tem sido a forma de pagamento?

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Este equipamento não existia, é um equipamento dedicado exclusivamente à recolha dos subprodutos. Nesta câmara frigorífica não entra nenhum tipo de

alimento que fique armazenado, é só uma câmara dedicada, é assim que a lei obriga, para os subprodutos, as vísceras, os ossos, etc.. Isto para nós é muito importante, porque este serviço era da responsabilidade de cada um dos concessionários e nem sempre os concessionários acomodavam os seus subprodutos da melhor forma. Assim garantimos o cumprimento integral, porque todos chegam ao fim do dia e têm uma caixa para os resíduos do peixe, têm outra caixa para os resíduos da carne e depois a associação faz a gestão destes resíduos que estão separados dos outros.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 19/15 – Proposta n.º 07/2015 – DAFRH/DIGEF – 1.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

**6. Deliberação n.º 20/15 – Proposta n.º 02/2015 – DURB/DIPU – Termos de referência e proposta de contrato para planeamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura – Salmoura – União das Freguesias de Azeitão**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 26.

**Sr. Vice-Presidente** – A Câmara Municipal, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso, tem tomado um conjunto de iniciativas relativamente a determinadas áreas do território e em função das suas condicionantes ou do potencial que é identificado. A Câmara vem propondo iniciativas de planeamento que geralmente levam ao envolvimento de interessados, proprietários ou promotores, que assumem a responsabilidade dos custos das propostas técnicas a desenvolver para criar as condições e a aprovação dos instrumentos de planeamento que são identificados. Neste caso, a proposta que se apresenta é para a elaboração de um plano de pormenor para a área da Salmoura. É um território que está praticamente sem infraestruturas, com grandes dificuldades de implementação das mesmas e na organização do espaço para, por um lado garantir o funcionamento, a rentabilidade e a eficácia das infraestruturas, e por outro lado, as condições para garantir que algumas empresas ali instaladas possam desenvolver melhor as suas atividades, como no caso da Refrige, a Metalomecânica de Alhos Vedros ou o Externato Rumo ao Sucesso, com a garantia de regularização das infraestruturas para que estas atividades se desenvolvam. Também há um conjunto de áreas habitacionais que precisam de ser regularizadas e integradas nos instrumentos de planeamento. É por isto que se apresenta esta proposta, porque tem os termos de referência para a elaboração do plano de pormenor e também tem os termos do contrato a estabelecer com as entidades referidas. Elas próprias, pelos interesses que lhes estão associados na elaboração deste plano, aceitaram financiar uma equipa técnica que deve ser apresentada e aprovada pela Câmara Municipal, e este plano deverá ser acompanhado e orientado pelos serviços técnicos da Câmara com o objetivo de requalificarmos uma área significativa do território. Há uma expectativa de este plano poder ser concluído num prazo de 12 meses, sendo que relativamente aos trabalhos se prevê uma primeira fase de diagnóstico de 5 meses e uma fase para a proposta de 3 meses, ou seja, dentro de praticamente um ano

estaria publicado o plano de pormenor, se tudo correr tal como a Câmara e também estes investidores esperam.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Concordo com este processo e com a elaboração deste plano de pormenor para a Salmoura e não tenho qualquer problema quanto ao financiamento da sua elaboração, mas queria perguntar qual o papel da Câmara Municipal na elaboração do plano de pormenor, acompanhamento e aprovação na escolha da equipa técnica que vai fazer o plano. Está aqui referido que são os privados que vão financiar, não há nenhum problema porque o controle é nosso, mas gostaria de saber qual o processo de definição da escolha da equipa técnica.

**Sr. Vereador André Martins** – Já está nos documentos anexos à proposta a indicação em termos de qualificação profissional de quais os técnicos que devem fazer parte da equipa técnica, com diferentes formações para todas as matérias serem tratadas com a devida profundidade e dimensão. Também se diz que o coordenador dessa equipa técnica deve ser um arquiteto que tenha experiência curricular na coordenação técnica de equipas desta natureza. Quando as empresas apresentarem à Câmara uma proposta de constituição de uma equipa técnica, esta fará que respeitem tudo aquilo que já está estabelecido na constituição da mesma, e nas exigências também estão estabelecidas as qualificações e formações dos diversos técnicos que devem fazer parte da equipa.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Há aqui apenas uma questão que tem a ver com a coordenação da equipa técnica porque é exigido nos termos de referência – e penso que não devia ser assim – que a coordenação tenha de ser feita por um arquiteto com reconhecida experiência profissional em Urbanismo. Recordo-vos que existe uma outra figura e que é o urbanista, nomeadamente nos inscritos na Sociedade Portuguesa de Urbanistas e que podem ser arquitetos e são de reconhecido mérito, um é Diretor Geral do Ordenamento e não é arquiteto, é urbanista. Não tenho nada contra os arquitetos e nem acho que isto os exclua, mas penso que devia estar arquiteto ou urbanista. Com isto não estamos a minimizar, mas a fazer uma coisa que é a correta. Votarei a favor da proposta, mas estamos a limitar uma coisa que não devia ser limitada quando existe a Sociedade Portuguesa de Urbanistas e dei o exemplo de um que não é arquiteto, mas também há Jorge Gaspar que também não é arquiteto e que com certeza terá capacidade para coordenar um plano destes, e isto só a título de exemplo.

**Sr. Vereador André Martins** – Quem fez os termos de referência foram os técnicos da Câmara e que têm no caso o aval do Vereador do Urbanismo, e este é o entendimento que temos. O Sr. Vereador Luís Rodrigues dá exemplos, diz um urbanista e podia dizer um engenheiro que é um urbanista e também um sociólogo ou um geógrafo, etc., que também são urbanistas. Nós entendemos que deve ser um arquiteto e somos nós que escolhemos, mas há uma discussão e uma avaliação. O Sr. Vereador diz que não tem nada contra os arquitetos e também a Câmara Municipal não tem nada contra os engenheiros, mas entende que uma equipa destas deve ser coordenada por um arquiteto. É uma posição que penso que não é para termos uma discussão sobre se a escolha é um engenheiro ou um arquiteto porque há razões para se dizer que queremos um arquiteto e não outro. Na própria proposta utiliza-se a possibilidade de fazer parte da equipa um urbanista, além dos engenheiros, etc.. Também se diz que tem de se ter arquitetos paisagistas, biólogos e especialistas na área da mobilidade, etc., no fundo estamos a dizer que tem de se ter uma equipa multidisciplinar, mas entendemos que a qualificação que exigimos para coordenar a equipa técnica é a de um arquiteto. Até agora temos utilizado este critério e este modelo para todos os outros estudos que têm sido desenvolvidos e não temos razão de queixa, antes pelo contrário, temos alguns estudos urbanísticos com os mesmos critérios e envolvimento dos interessados que foram feitos por equipas com esta pluridisciplinaridade e que foram coordenados por arquitetos de referência, pelo menos a nível nacional. Têm um currículo bastante vasto e isso dá-nos, pelo menos, garantias. Também a formação em arquitetura é uma garantia de uma visão global sobre um conjunto de questões e por isso achamos que deve ser um arquiteto a coordenar a equipa.



Não havendo mais discussão sobre a proposta, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 21/15 – Proposta n.º 03/2015 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida pela verificação técnica efetuada ao abrigo do artigo 12.º do RGEU – Susana Maria Gonçalves de Sá Monteiro – Rua José Faustino Vidal, 12 – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 22/15 – Proposta n.º 04/2015 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com venda de brindes – RENASCER – Associação Cristã de reabilitação, Ação Social e Cultural – Rua Álvaro Castelões, Largo da Misericórdia, Praça do Bocage e Avenida Luísa Todi junto ao Pingo Doce – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 23/15 – Proposta n.º 05/2015 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com unidade de rastreio auditivo – Acústica Médica – Praça Almirante Reis – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 24/15 – Proposta n.º 01/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 25/15 – Proposta n.º 02/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Refrige, S.A.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 26/15 – Proposta n.º 03/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “New Lineo Cinemas de Portugal, Unip. Lda.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 27/15 – Proposta n.º 04/2015 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Autoneum Portugal, Lda.”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 28/15 – Proposta n.º 04/2015 – DAAE/DIAES – Protocolos de Cooperação e Parceria entre o Município de Setúbal e a ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 37.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Votamos esta proposta e depois já não vamos voltar a votar a estratégia local que esta GAL vai originar. Qual é o envolvimento da Câmara no resto do processo? Votamos a proposta de aderir com a ADREPES à constituição de um GAL que depois vai desenvolver uma estratégia de desenvolvimento local e que terá como resultado final a elaboração de projetos de desenvolvimento local de base comunitária DLBC. Aquilo que pergunto é se tanto nas DLBC's rurais como nas costeiras ou nas urbanas, e porque há várias áreas a intervir, quais são as que a Câmara vai querer prosseguir na definição da sua estratégia, e se isso vem a reunião de Câmara, ou não? Se não o Partido Socialista gostaria de deixar algumas áreas de intervenção que consideramos prioritárias e que na nossa perspetiva devem ser incluídas. Gostaríamos de saber como é o processo.

**Sr. Vereadora Carla Guerreiro** – Neste momento o que estamos a trazer é uma proposta de protocolo de colaboração, porque a ADREPES necessita deste *know-how* com as parcerias todas para se candidatar à gestão destes fundos comunitários, nos quadros que estão referidos. No caso do rural e do costeiro já é uma tradição a ADREPES regularmente candidata-se e é gestora destes fundos, no caso urbano acaba por ser uma novidade no próprio programa. Aquilo que temos feito é ter participado com inúmeros parceiros nesta questão e a Câmara Municipal tem aqui o interesse de trazer para o seu território o maior número de financiamentos possíveis a que a ADREPES se possa candidatar e a estarem disponíveis para os municípios do concelho. Isto é como se fosse uma pré-inscrição, serve para a ADREPES se poder candidatar e ser ela o gestor destas candidaturas, e mais tarde a estratégia continuará porque o programa tem vários passos. Tenho ideia que até meados de fevereiro é necessário elencar os parceiros e levar estes protocolos de parceria que estão a ser estabelecidos aqui mas também noutros municípios e principalmente, porque a DGAL assim o exige, com uma série de entidades privadas. Aquilo tem até uma quota e as entidades privadas têm de ser em número superior às entidades públicas. É claro que tudo o que for da responsabilidade da Câmara, nos protocolos celebrados ou na previsão daquilo que se venha a celebrar, vêm a reunião para serem chancelados e aprovados. Não sei se respondi.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Não inteiramente, mas pelo que percebi a definição da estratégia vai ser *a posteriori* e o que gostava de saber é se isso vai voltar a discussão em sede de

reunião de Câmara, ou se a partir do momento em que aderimos à constituição desta GAL com a ADREPES já não intervimos mais no processo em reunião camarária. Enquanto vereador da oposição ter acesso a essa discussão, de qual é a estratégia de desenvolvimento local que se pretende porque estamos a falar de fundos comunitários para os próximos anos, tanto na vertente urbana, costeira e rural, parece-me bastante pertinente, porque tudo isso vai depois condicionar todos os projetos que a Câmara juntamente com os privados se vai candidatar e poder desenvolver. É na lógica de saber se nós daqui para a frente em algum ponto podemos intervir sobre este assunto. Se me disser que não e que o assunto morre por aqui, tudo bem, mas quero é voltar a discutir isto. Se, e penso que vai ser aceite a proposta de constituição da ADREPES com os vários parceiros, queria voltar a discutir a estratégia, porque é um documento muito importante na definição dos projetos que queremos desenvolver e propor. Não faz sentido propor alguns temas para discussão com alguns projetos em concreto e que depois estão completamente fora desta estratégia e não vão ser financiados. Se não vai voltar a haver intervenção da Câmara neste processo gostaria de promover entre nós, numa reunião pública ou privada, a discussão desta estratégia e quais vão ser as áreas em que a Câmara vai apostar, porque obviamente não serão todas as que o programa pressupõe, deve especializar-se, ou escolher algumas.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Esta questão tem importância não por esta deliberação que é o cumprimento de uma formalidade prévia à formação de candidaturas, mas sim pela estratégia adotada pelo Governo de localização da distribuição de fundos de gestão de base local, uma ideia de “baixo para cima” em que está tudo mal desenhado. Ninguém sabe muito bem como é que vai ser o desenvolvimento destas intervenções, mas uma coisa sabe-se até agora, e é uma expectativa que vejo. Quando, e se o Governo mudar de laranja-roseado para rosa-alaranjado que tenham em conta que meter 52 milhões de euros para o País todo nestas intervenções que são estratégicas de desenvolvimento para a aplicação de fundos, qual é a estratégia de desenvolvimento de base local que se vai poder promover? São trocos, isto não tem fundos que cheguem para começar uma estratégia de base local, e temos de estar atentos a outro problema, aquilo que vão ser os projetos a candidatar. Claro que têm de ser vistos e aprovados pelos parceiros, fazemos a parceria e os parceiros têm de dizer se os projetos candidatados têm interesse para a área territorial definida, sejam costeiros ou urbanos. Os parceiros têm de aprovar, mas há outras coisas a que é preciso ter atenção: aquilo que estava a ser utilizado como percentagem de meios financeiros de funcionamento na parte técnica, que era de 16% alocado às despesas de funcionamento desta gestão dos projetos, está o Governo a querer pôr em 6% deixando sem meios financeiros para a sustentação técnica do desenvolvimento do projeto estes parceiros que na sua maioria são entidades sem fins lucrativos.

É preciso ter cuidado para não se vir a criar situações em que para fazer funcionar a equipa de projeto tem de se ir buscar dinheiro a algum lado, e se o funcionamento não o prevê não vamos depois olhar para as Câmaras como um parceiro financiador substituindo-se uma vez mais ao Governo. A questão está mal definida e com alguns contornos perigosos no sentido de que são projetos de afetação de meios ao desenvolvimento local. Para o País é ridículo a verba afeta, não há uma estratégia de distribuição de fundos comunitários a sério, porque não tem meios suficientes para se fazer parcerias e fazer valer esta ideia de que o desenvolvimento local depende das parcerias locais, e se não há desenvolvimento local é porque não há parcerias que se façam. Essa fase resolvemo-la, estão reunidos todos os parceiros institucionais e não institucionais, económicos, sociais, etc., essa é a condição de apresentação e agora vai-se apresentar a candidatura de projeto. Os projetos que se apresentarem têm de ser apresentados aos parceiros para que estes digam o que vale a pena candidatar, ou não. A seguir vem o valor que lhe é afeto, e esse valor vai chegar para o quê? É o que vamos ver!

Julgo que a ADREPES está a apresentar três candidaturas juntas aos restantes municípios. Se fossemos dividir os 52 milhões pelos 308 municípios só ia dar uns “pozinhos”. Claro que nem todos vão fazer candidaturas, mas são pozinhos, atualmente. Se esta é a estratégia a seguir

para a gestão de fundos comunitários ela tem de ser repensada em termos de capacidade efetiva de influência no desenvolvimento de base local porque senão ficam os nomes, as siglas, e já são bastante complicadas para se perceber o que é, mas depois os governos podem dizer que promovem o desenvolvimento de base local e que não houve foi capacidade dos parceiros locais e das câmaras que estão metidas nisso. É preciso que os projetos a aprovar e os respetivos funcionamentos sejam apresentados aos parceiros para que vejamos o que é isto realmente.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Tenho dúvidas que a estratégia volte à Câmara uma vez que estamos nestes protocolos a dizer que vamos constituir órgãos, entre os quais o conselho de parceiros, o órgão de gestão, etc., e que cabe depois a esses órgãos fazer a gestão disto. A maior parte das linhas orientadoras e da estratégia encontra-se definida na legislação, aquilo que depois a ADREPES vai fazer e já com provas dadas relativamente à questão do Líder e do Costeiro, é a gestão desses mesmos fundos em função das candidaturas que haja na região. Todos os documentos que sejam necessários virem à Câmara obviamente virão, mas se estamos a fazer com a ADREPES um conselho de parceiros não cabe única e exclusivamente ao Município impor a sua visão estratégica. Damos os nossos contributos em relação àquilo que é a estratégia, e esta também tem vindo a ser trabalhada e está definida.

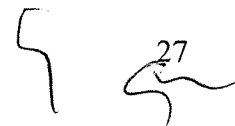
**Sr. Vereador André Martins** – Esperemos que desta estratégia, que todos certamente têm alguma coisa a dizer, resultem bons motivos para nos congratularmos na apresentação dos projetos e na garantia do funcionamento dos mesmos. Todos os condicionalismos que nestas iniciativas a que dão nomes muitas vezes pomposos como estratégias e desenvolvimentos, mas se tudo isto depois fica condicionado a regulamentos e mais regulamentos e as entidades têm depois de apresentar propostas em tempo recorde, as estratégias ficam nas expressões. Embora percebendo aquilo que o Sr. Vereador Paulo Lopes aqui colocou agora também é necessário sabermos em que é que estamos envolvidos. Já ando aqui há algum tempo e nestas coisas dos programas, projetos e candidaturas às vezes temos de estar preparados durante anos para quando aparecer uma oportunidade avançarmos. A estratégia existiu e existe, mas quanto aos resultados eles são pontuais e muitas vezes correspondem à expectativa de desenvolvimento global para o que estava em causa, mas passa-se essencialmente por ações, iniciativas e projetos que muitas vezes não deixam de ser avulsos. É disso que se trata, infelizmente, mas é a situação que vivemos mais uma vez, porque nos impõem que funcionemos assim, não é porque achamos que seria a melhor forma de funcionar porque os regulamentos não são feitos por nós. A “camisa-de-onze-varas” onde nos metemos por vezes é determinada por outros. No desenvolvimento local estas entidades que fazem parte desta parceria conhecem bem o território, têm interesses em determinadas áreas e projetos, e temos de confiar neles para que de facto o objetivo e resultado final seja proveitoso para todos os que estão envolvidos e fundamentalmente para as populações locais.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

#### **15. Deliberação n.º 29/15 - Proposta n.º 03/2015 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2014/2015**

O Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Trata-se, de novo, de assinar um protocolo de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa e a Câmara Municipal para atribuir uma verba de 70€ a cada um dos quinze estabelecimentos escolares inscritos para participar no Programa Eco-Escolas. É uma proposta de protocolo entre a Câmara e a Associação Bandeira Azul da



Europa que cobra também, e aprovámos na última reunião a deliberação de candidatura à bandeira azul para 2015. É bom neste ponto referir que pode não haver bandeira azul na Praia da Figueirinha em 2015, porque, ao contrário da deliberação que aqui estamos a propor de a Autarquia apoiar as escolas para entrarem no programa, o Sr. Comandante da Capitania parece que não quer subscrever a candidatura à bandeira azul por entender que o Município tem que lhe ceder gratuitamente, e durante meses, piscinas para a formação dos nadadores-salvadores, um elemento importante do programa.

A Câmara tem um custo de 4 mil euros ao longo do ano para pagar as taxas pelas atividades que desenvolve na área da Capitania e da qual esta nunca abdica, mas põe como condição, o que me parece um absurdo e uma relação institucional não aceitável, condicionar a assinatura de uma candidatura à bandeira azul porque pretende obter a isenção na taxa na formação que devia ser desenvolvida pelo Instituto de Socorros a Náufragos. Não pode condicionar, porque a Câmara não condiciona o apoio às escolas dizendo que isso seria competência do Ministério da Educação, não o fazemos e a Capitania considera que não pode abdicar de nenhuma taxa. A Câmara até estaria disposta a acordar um modo, não cobraríamos à Capitania e esta não cobrava à Câmara, mas isso não está em causa, o certo é que a situação é crítica e estou a referi-lo, porque estamos a tratar de um protocolo com a ABAE. É crítico porque o prazo de entrega do processo termina esta semana e de sexta-feira para cá ficámos com este entrave. É bom que se saiba que se não houver a bandeira azul este ano em Setúbal tem esta causa, e é uma justificação absolutamente inaceitável porque não é assim que se tratam estes processos. Se na proposta anterior temos um excesso de participações, aqui em que há muito menos instituições a participar e a colaborar para uma candidatura não faz sentido nenhum, e não é aceitável, que se coloque como condição fazer-se atividades nos equipamentos municipais e não se cobrar nada, mas cobram tudo quando houver alguma atividade na área de jurisdição da Capitania. Isto não é aceitável mas não é o objeto da deliberação, que é o do apoio ao Programa Eco-Escolas e apesar desta falta de colaboração institucional em relação à bandeira azul nós propomos que a Câmara delibere o apoio às escolas para entrarem neste programa e que aprove o protocolo com a ABAE.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Só queria perguntar se nos anos anteriores este processo correu da mesma forma, se houve alguma exigência em relação à bandeira azul ou se isso é novo, e que embora não sendo parte desta proposta o Sr. Vereador partilhou connosco.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – É oportuníssima a observação, porque nos anos anteriores não houve esta condicionante em relação à candidatura à bandeira azul. Houve atraso no recrutamento de nadadores-salvadores e houve a pretensão de que o Município não cobrasse nada pelas horas e o Sr. Vereador Pedro Pina pode esclarecer com mais precisão os encargos da Câmara com esse processo. Além das taxas que podiam ser cobradas, as taxas normais de quatro mil euros de encargos, isto é em horário pós-laboral, durante dias 30 dias de formação e é preciso pagar às pessoas. A Câmara tem custos e não pode equilibrá-los com a receita dessa taxa. Isto não faz grande sentido mas foi colocada a questão sobre a formação inicial que compete ao Instituto de Socorros a Náufragos e à Capitania, não são as câmaras que têm a responsabilidade de fazer a formação de nadadores-salvadores. Desta forma é mais grave, porque veio condicionar a assinatura e acho que na sexta-feira deu entrada um ofício a pedir que não se pague nada. O ano passado foi colocada a questão, não tinha sido nas anteriores, porque não tinham conhecimento e este ano a questão é colocada de uma forma que se não é chantagem não sei o que é, não assina porque quer aquilo de borla.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 30/15 – Proposta n.º 07/2015 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 31/15 – Proposta n.º 08/2015 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura – adenda**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 32/15 – Proposta n.º 09/2015 – DCED/DISOC – Aceitação de doações – Natal Solidário 2014**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 33/15 – Proposta n.º 10/2015 – DCED/DISOC – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal RETIRADA**

**Sr. Vereador Fernando José** – O Partido Socialista desde a primeira hora foi sempre favorável a este tipo de protocolos, no mandato anterior chegámos mesmo a propor que estes protocolos fossem alargados a outras freguesias e espaços do concelho.

Feita a análise do protocolo que hoje nos é apresentado iríamos sugerir que o mesmo fosse retirado para que fosse reformulado porque fazem parte três outorgantes e quanto ao terceiro quase nada é dito. Sabemos quais são as atribuições da Câmara Municipal, as da União das Freguesias de Setúbal, mas quanto à associação nada sabemos. Deveria ter uma cláusula em que estivesse claro quais são as atribuições e competências da associação no protocolo. Nada estando dito quanto a isso sugeríamos que o protocolo fosse retirado e apresentado na próxima reunião de Câmara.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Não sei se as perguntas levantam algum tipo de suspeita sobre a terceira instituição. Eventualmente aceito que não, e quando o Sr. Vereador Fernando José coloca a insistência de qualquer referência à terceira entidade, e neste caso, para que não seja alvo de quaisquer dúvidas, trata-se da Associação Centro de Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. O Sr. Vereador coloca com tudo aquilo que é legítimo e fico disponível para qualquer dúvida que qualquer Sr. ou Sra. Vereadora entendam sobre esta matéria no que diz respeito àquilo que são as responsabilidades do terceiro outorgante deste protocolo. Para que fique claro é da responsabilidade do terceiro outorgante a transferência do montante que aqui vem referido na proposta e que é transferido para ele, e se esta é uma dúvida à pergunta que o Sr. Vereador colocou. Da parte da Câmara Municipal a questão é apenas pela formalidade que o texto coloca ao protocolo ou reside na intervenção qualquer outro tipo de dúvida que esteja implícita a este protocolo de colaboração entre as três entidades que são aqui referidas? Era importante que ficasse claro da parte do Partido Socialista o que é que efetivamente coloca até porque este é um protocolo, que como é do

conhecimento desta câmara tem vindo a ter corpo e o Partido Socialista tem sido uma bancada favorável à iniciativa.

**Sr. Vereador Fernando José** – Não há aqui na intervenção que fiz qualquer suspeita relativamente à associação ou ao protocolo, são palavras do Sr. Vereador. O que é aqui colocado é uma questão simples, e portanto não se trata de esclarecimentos. Recordo que aqui há um tempo atrás veio um protocolo entre a Câmara, a Junta de Freguesia de São Sebastião e a ACM, e estava claro quais eram as competências de cada um. É um protocolo entre três outorgantes e sobre cada um deles tem de estar claro no protocolo quais são as suas competências e atribuições. Aquilo que está no protocolo é apenas e só as atribuições do primeiro outorgante, a Câmara, e do segundo, a União de Freguesias de Setúbal, quanto ao terceiro praticamente nada se diz. A única coisa que se diz é que todos os meses a Câmara Municipal faz uma transferência para essa associação. A responsabilidade, a competência, a atribuição dessa associação é apenas, e só, receber o dinheiro? Gostava que o Sr. Vereador respondesse a isso, porque depois tenho outras questões para colocar.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – À pergunta colocada pelo Sr. Vereador, sim. De facto o tom da intervenção levanta suspeita, estou aqui de boa-fé e disposto a esclarecer, e mais ainda, disponibilizo-me perante alguma formalidade do ponto de vista do texto, e por isso agradeço que as questões sejam colocadas de uma forma clara. Da minha parte há disponibilidade total. A resposta é muito simples, efetivamente sim, à Associação Centro de Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal é transferida esta verba e compete-lhe pagar aos patrulheiros. Se quiser posso dizer que esta instituição também colabora, embora seja da responsabilidade da Câmara Municipal selecionar as pessoas que fazem parte destas equipas, os ditos patrulheiros. Não sei se o Sr. Vereador sabe exatamente os números de que estamos a falar mas posso-lhe referenciar, ou os valores das transferências que são feitas mensalmente e que também as posso dar. Trata-se de 19 patrulheiros no Parque Urbano de Albarquel e de 16 na Avenida Luísa Todí que são selecionados pela Câmara Municipal. Sem prejuízo disso até aceito que pudesse haver uma referência no próprio protocolo, mas são de facto da responsabilidade direta da Câmara e sem prejuízo da própria associação poder indicar alguns dos nomes pela relação e pelas características que as pessoas que realizam a atividade e que têm este perfil. Sobre a supervisão, acompanhamento e administração é da União de Freguesias e não há responsabilidade da Associação Centro de Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. É por isso que digo que sem prejuízo de considerar que se possa configurar do ponto de vista do texto qualquer coisa diferente que pudesse tornar mais claro do ponto de vista taxativo aquilo que é as responsabilidades das entidades, a proposta é clara no texto que apresenta.

**Sr. Vereador Fernando José** – Aquilo que o Sr. Vereador está a transmitir é que quem faz a seleção dos patrulheiros é a Câmara Municipal, e as outras atribuições percebemos, também é a Câmara e não está no protocolo. Também deveria estar no protocolo que a competência dos patrulheiros é da Câmara, e já que estamos a falar de formalismos era melhor também colocar essa questão das atribuições da Câmara, porque deveria lá estar. Se é um esclarecimento aquilo que está a fazer então que se coloque no protocolo que essa competência é da Câmara Municipal em termos de seleção dos patrulheiros. Também devia ficar claro em termos de formalismo neste protocolo que a associação tem apenas a responsabilidade de receber a verba mensal. Pergunto quem é que faz então o controlo da assiduidade destes patrulheiros, quem emite as folhas mensais para que possa ser processado o valor a que têm direito a receber, e quem é que faz o pagamento.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Não era para falar sobre esta questão, mas com tudo o que se passou não posso deixar de o fazer. A iniciativa é positiva, mas de facto com as questões colocadas pelo Sr. Vereador Fernando José e com as explicações dadas pelo Sr. Vereador Pedro Pina não vou poder aprovar este protocolo, porque de facto nós estamos todos de boa-



fé e por isso este era um protocolo normal. Há aqui uma questão orçamental, e não só, bastante complicada. Em nenhum sítio pode existir uma obrigação de receber esta verba e não ter nenhuma responsabilidade. Também cabe ao Estado pagar aos patrulheiros e isso não está aqui. Se é a Câmara que seleciona e controla é uma prestação de serviços, portanto não vou poder aprovar e também não vou votar contra. Neste contexto vou-me abster, porque tenho muitas dúvidas sobre as obrigações do terceiro outorgante. Só entendo esta associação aqui porque era esta que com os seus associados teria a responsabilidade de fazer isto, e ainda bem, pelo bem da cidade e porque é aquilo que precisamos, mas essa é que entendo ser a obrigação da associação e não que só serve para receber dinheiro e nem sequer para pagar. Não voto contra porque entendo que isto é positivo, mas não é este o método e nem o modelo, e nem sei como é em termos orçamentais e contabilísticos, não pode ser, isto é um subsídio mas depois para pagar o quê não está bem. Com as dúvidas que este protocolo tem neste momento é muito fácil corrigi-las e penso que as respostas não deveriam ser estas. O protocolo de facto é fácil de ser aprovado sem nenhum problema, mas não pode estar feito desta maneira.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Lamento profundamente, e sem prejuízo das legítimas questões que são colocadas e das falhas que se possam considerar em qualquer uma das propostas que são apresentadas, mas tem sempre muita dificuldade o formato. Em rigor o que está aqui em causa é outro tipo de situação que não aquela de que trata este protocolo. Comecei por dizer a uma das perguntas do Sr. Vereador Fernando José que aceito que a redação presente neste protocolo poderia ser diferente, aceito, mas com isto não estou a dizer que esta não é a adequada. Aceito que poderia existir uma outra redação, mas não aceito, quer nas justificações do Sr. Vereador Luís Rodrigues, quer nas do Sr. Vereador Fernando José, aquilo que não parece claro nas palavras. Qual é o objetivo que se pretende com esta situação? É deixar claro exatamente o quê? Os Srs. Vereadores podem ficar um pouco transtornados pela expressão “suspeita”. O que é que pretendem quando dizem que não existe clarificação sobre aquilo que é as responsabilidades desta associação? É que a Câmara esteja a transferir verbas para a associação e que tenham outro propósito que não o que está expresso no documento?

É estranho que uma associação que trabalha predominantemente com pessoas reformadas e idosos, que algumas delas, não todas, até são sugeridas por esta associação, entre outras pessoas que sugere. Até o Sr. Vereador podia chegar perto de mim e dizer que tem uma pessoa que está aposentada e que se calhar até gostava de passar algum tempo nesta iniciativa, e se isso tem algum cabimento nos patrulheiros. Responderia que me desse o contacto da pessoa para remeter isso para a Divisão de Inclusão Social para fazerem uma entrevista à pessoa para verem se está ou não em condições disso. É isso que o Sr. Vereador quer que esteja expresso neste documento? A sinalização dos patrulheiros pode ser arbitrária em função de qualquer outra instituição, inclusive uma responsabilidade do terceiro outorgante? Se o Sr. Vereador achar que isso é uma questão pertinente...

Fiz questão de deixar este esclarecimento. Poderia não ser a única, mas esta associação tem uma relação privilegiada com aquela população. Sendo muito claro e sem estar com rodeios, esta foi a forma que a Câmara encontrou para dar sentido a um projeto de cidadania ativa, fundamentalmente a pessoas seniores que através desta atividade valorizam espaços públicos, nomeadamente o Parque Urbano de Albarquel e a Avenida Luísa Todi, e encontrou esta formulação para poder responder. Em concreto quem faz os pagamentos é a Associação de Bem Estar, quem supervisiona a regularidade ou assiduidade é a Câmara Municipal através dos seus serviços, no caso concreto de Albarquel a Divisão de Desporto, e no caso da Avenida Luísa Todi através dos Serviços de Ambiente que acompanham a assiduidade informando a Divisão de Inclusão Social e depois os pagamentos são feitos.

Mais claro que isto não posso ser, aceito que a redação pudesse ser eventualmente outra mas não há qualquer tipo de dúvidas ou ausência de transparência sobre este projeto e sobre a forma como é efetuado. Se os Srs. Vereadores quiserem fazer “finca-pé” sobre a redação é legítimo fazerem-no mas não podem subsistir quaisquer tipos de dúvidas sobre aquilo que está presente e a intencionalidade do protocolo de colaboração que aqui se apresenta.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação a esta discussão podiam resolver o problema de uma forma simples senão estamos a prejudicar a imagem com uma coisa fantástica e que devia ser bem resolvida. O Sr. Vereador Pedro Pina foi claro em relação a quem controla o quê. Tenho uma preocupação que tenho de partilhar, é que recebo um relatório “esmagador” dos patrulheiros com tudo o que identificaram, e que vai parar ao DOM que tem de resolver problemas de calçada, passeios, buracos, pinturas, bancos, candeeiros, semáforos, e os problemas de espaços verdes e de higiene vão parar aos respetivos serviços. É possível fornecer aos Srs. Vereadores um desses relatórios que funciona como um elemento do trabalho imenso que estas pessoas fazem. Estamos a tratar não de um trabalho profissional mas de voluntariado apoiado, são pessoas que fazem um trabalho semi-voluntário com um apoio para que desenvolvam essa atividade, e isto é durante todos os dias do ano e daí este valor. A única coisa que se pode aqui considerar é a possibilidade de no protocolo, e é uma lacuna de facto, introduzir as responsabilidades do terceiro outorgante. Poder-se-ia retirar ou regista-se em ata, ou voltar a trazer e já a dizer que o terceiro outorgante participa na identificação dos patrulheiros, na sua seleção e é responsável pelo apoio a estes voluntários. Isto seriam as atribuições do terceiro outorgante e feito isto está tudo resolvido porque este programa é absolutamente excepcional e tem um impacto tremendo na qualificação do espaço público da cidade. Não devia ficar qualquer dúvida nesta reunião de Câmara mas sim um apoio claro e inequívoco a este projeto, como já aconteceu em reuniões anteriores. Propunha que se retirasse a proposta, que se fizesse a adenda ao protocolo e que se pudesse pegar, não nos relatórios todos porque são uma “catrefada” deles, mas num que dê um exemplo concreto aos Srs. Vereadores que assim o entenderem do volume de trabalho que é suscitado através desses patrulheiros para todos os serviços da Câmara, e não é pouca coisa.

**Sr. Vereador Fernando José** – A intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal vai precisamente no sentido da minha primeira intervenção, ou seja, quando disse que o protocolo estava mal elaborado faltava uma questão que tinha a ver com formalismo e tinha a ver exatamente com a retirada deste protocolo no sentido de ser clarificado quais são as atribuições e competências da associação para que conste, e facilmente é aprovado. Agora, tratando-se de três outorgantes e não tendo aqui as competências do terceiro outorgante o protocolo nunca poderia ser aprovado. Foi o próprio Sr. Vereador Pedro Pina que acabou por explicar, depois de no início ter só dito que esta apenas tinha a competência de receber acabou por dizer que tinha também a de pagar, recebe e paga. O Partido Socialista está perfeitamente de acordo que se retire o protocolo e que venha à próxima reunião de Câmara, com essa redação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Queria agradecer a intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal e propunha que pudéssemos aprovar o protocolo ficando a possibilidade de integrar de facto esta terceira alínea.

Queria deixar claro que a intervenção do Sr. Vereador Fernando José não é nada nesse sentido, estará em ata e disponível para todos vermos as perguntas que são colocadas. A sua intervenção não é de um mero formalismo, é de uma intencionalidade clara e por isso pergunta quem faz pagamentos, como é que o dinheiro é transferido, e portanto não é só por questões formais. Como todos queremos que as coisas fiquem claras tenho a total disponibilidade para aprovar, se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, acrescentando-se um ponto a este protocolo onde fique claro as responsabilidades do terceiro outorgante. Peço desculpa e com todo o respeito que me merece o Sr. Vereador mas o conteúdo e a forma como colocou as questões não tem a ver com a questão que agora aqui se coloca. A proposta que fazia era que podemos aprovar ficando a possibilidade de, como é sugerido pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, quer pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues, que se possa formular um ponto onde vêm claras as responsabilidades, nomeadamente a transferência da verba para a associação e a aquilo que decorre daí e que é o pagamento aos patrulheiros.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Não entendi, então acrescenta-se um ponto e vem novamente à aprovação na próxima reunião? Não faz muito sentido. Se a reunião é já na próxima semana então fica-se sem mais questões nem dúvidas nenhuma, nem dúvidas no ar a pairar porque não existe isso, existem esclarecimentos e formalidades.

**Sr. Vereador André Martins** – O Sr. Vereador Pedro Pina concorda que seja retirada a proposta e para que sejam introduzidas as sugestões que já foram aqui identificadas?

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Estou inteiramente de acordo com esta questão e que fique claro que aquilo que está em causa é acrescentar uma questão formal de uma alínea onde ficam as responsabilidades do terceiro outorgante, para que não restem qualquer tipo de dúvidas àquilo que é aqui apresentado.

**Sr. Vereador André Martins** – Retiramos esta proposta para que não restem dúvidas sobre uma matéria que, pelas intervenções dos Srs. Vereadores, é reconhecido por todos. Pelo menos tenho registado ao longo dos anos pela comunicação social, para além das manifestações que as pessoas fazem individualmente à iniciativa que tem decorrido e que não é a primeira vez que vem aqui, pelo que temos de ter atenção ao significado desta iniciativa e penso que faz todo o sentido aprovarmos esta proposta sem que haja dúvidas maiores sobre esta iniciativa tão importante para o Concelho e para os próprios participantes neste projeto.

### **C) Período Destinado à Intervenção do Público**

**Sr. Joaquina Batista Silvestre** – Estou aqui mais uma vez e numa situação ainda mais complicada de habitação. Estou à espera de uma resposta que está sempre “em branco”. Cortaram à família a atribuição de subsídios e por isso a irmã não pode, desde há três meses, ir à escola. A família está quase a ser despejada porque não têm como pagar a renda, isto para além de ser necessário cirurgias. A situação é complicada, crescendo-se o pagamento de uma dívida à Segurança Social.

**Sr. Luís Anjos** – Sobre a proposta em que a associação recebe 87 mil euros esta não tem contabilidade, não se sabe quantos estão a trabalhar, uma parte é feita em Albarquel e outra aqui ou ali e por isso acho muito bem colocar-se no protocolo as responsabilidades da associação e as de cada um.

Na Fonte Nova havia uma árvore que foi arrancada, em frente ao Café Miami, e que já tinha passado o seu limite. Puseram-se lá dois banquinhos mas não veio outra árvore para substituir a que lá estava. Qualquer árvore que é abatida deve ser substituída, essencialmente porque no verão é preciso sombra, nomeadamente ali.

Os serviços de jardinagem da Câmara não estão muito bem porque há árvores na Avenida com uma grande inclinação e isto devia ser corrigido.

Entre o Forte de Albarquel e o mar há um terreno onde se estaciona e quem lá está diz que é dono e quer dinheiro pelos carros que ali estacionam. Gostaria de saber se aquele senhor tem o direito de cobrar pelo estacionamento, se aquilo é dele ou se lhe está atribuído.

**Sr. Augusto Cruz** – Leu um documento do qual fez entrega, ficando o mesmo anexo à presente ata sob registo n.º 43.

**Sr. Vereador André Martins** – Quanto à intervenção do Sr. Cruz os Srs. Deputados que estão na Assembleia da República foram eleitos pelos cidadãos portugueses e devem merecer essa consideração, independentemente da opinião que cada um possa ter.

Quanto ao Sr. Luís Anjos mais uma vez obrigado por ter vindo cá dar a sua opinião e avaliação de algumas situações que ficam registadas. Quanto ao comentário que fez sobre a associação de reformados o que discutimos aqui não tinha a ver com o se tinham as contas e o registo. A

questão vai ser ultrapassada porque os Srs. Vereadores decidiram que na próxima reunião serão clarificadas as responsabilidades do terceiro outorgante.

Sobre as outras questões não podíamos estar mais de acordo que quando se corta ou arranca uma árvore esta deve ser substituída. Fica o registo e o agradecimento. A árvore vai lá ser colocada para dar sombra aos bancos que lá foram instalados.

Fica o registo sobre endireitar as árvores e será transmitido aos responsáveis dos serviços técnicos para que tenham melhor atenção sobre estas questões.

Quanto ao Forte de Albarquel as áreas que foram objeto do auto de cedência que aprovámos estão identificadas. Suponho que o que o Sr. Luís Anjos refere é que na zona alguém diz que tem lá uma propriedade. Isso é verdade e é confinante com uma propriedade privada e com o parque de estacionamento que é propriedade do Estado, onde também costuma haver estacionamento. Nós sabemos que existe lá um proprietário com estes terrenos.

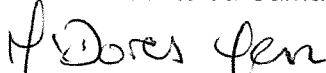
Quanto à Sra. Joaquina Batista Silvestre pedia ao Sr. Vereador Carlos que dissesse do acompanhamento que tem feito às questões levantadas pela munícipe.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Esta situação da Sra. Joaquina é bem conhecida na Câmara, na Habitação e na área social. É uma das pessoas que vem aqui com quem mais falo, hoje foi na reunião mas normalmente falamos no corredor e esclarecemos o que há a esclarecer. A situação da Sra. Joaquina neste momento não é considerada prioritária nas duzentas prioridades que temos. É uma situação que tem de ser acompanhada pela Segurança Social em múltiplos aspetos, não tem um problema de habitação *tout-court*. Procura resolver a situação social que tem pela via da habitação e não é essa a resposta mais adequada, e tendo em conta os critérios e os elementos de avaliação da habitação não está no terreno dos prioritários. Vai ter de continuar a aguardar e tentar resolver pela via social os problemas sociais que de facto tem. Não tenho o processo agora “na mão” mas não tem havido falta de acompanhamento, de conversar e de procurar soluções mas é num quadro em que é muito difícil ter resposta em relação à situação concreta da Sra. Joaquina.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Sra. Presidente da Câmara



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de fevereiro de 2015, por maioria, contém 33 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



Sílvia Maria Torrão Barbeiro

Ata elaborada por:

Helena Rosa; Manuel Cordeiro

Conferida por:

Ana Cristina Claro